



# BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### Senhores Acionistas:

Apresentamos o Comentário de Desempenho às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas elaboradas com base no padrão contábil internacional emitido pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, serão divulgadas no prazo legal no endereço eletrônico [www.santander.com.br/ri](http://www.santander.com.br/ri).

### 1. Conjuntura Econômica

Ao final do quarto trimestre de 2022, o Banco Santander observou a mediana das projeções de agentes econômicos quanto ao desempenho da economia brasileira indicar crescimento do PIB brasileiro de 3,0% em 2022 frente à expansão de 5,0% no ano anterior. A projeção para 2022 é maior que a observada no final do terceiro trimestre e, na avaliação do Banco, foi influenciada pela recente publicação de que o resultado efetivo observado naquele período ficou em linha com a mediana das expectativas de mercado, a despeito da revisão altista nos resultados anteriores da série histórica, indicando maior robustez da economia brasileira em 2022. Parte-nos que a robustez está diretamente atrelada à manutenção dos estímulos fiscais e tributários aprovados anteriormente e que foram implementados ao longo do segundo semestre do ano. Os dados de atividade econômica divulgados ficaram aquém da nossa estimativa de crescimento do PIB no trimestre anterior - estimávamos alta de 4,2% - porém julgamos que a frustração esteve diretamente ligada à revisão mencionada na série histórica e não à alteração na dinâmica de crescimento recente. Juntamente com os estímulos mencionados anteriormente, este quadro nos levou a alterar nossa expectativa sobre qual será a expansão em 2022. Ao invés da estimativa de 2,6% anterior, projetamos atualmente crescimento de 3,0% em 2022.

No último trimestre de 2022, o Banco testemunhou a variação interanual do IPCA recuar para 5,8% frente ao patamar de 7,2% observado ao final do terceiro trimestre. Apesar do recuo, o patamar atingido ainda ficou acima da meta de 3,5% determinada para 2022. O Banco entende que este ambiente inflacionário e o balanço de riscos foram os motivadores para que o Banco Central do Brasil tenha justificado a manutenção da taxa básica em 13,75% a.a. entre o final do terceiro trimestre de 2022 e o trimestre anterior. O Santander julga que esta abordagem quanto à taxa Selic aumenta a chance de que a inflação convirja para as metas estabelecidas dentro do horizonte de tempo relevante para a política monetária, principalmente após a sinalização do governo eleito de que ampliará o montante de gastos públicos a partir do próximo ano, o que poderá tornar o processo de desinflação mais lento. Neste sentido, o Banco projeta que a taxa Selic atingirá 12,00% a.a. ao final de 2023 e 9,0% a.a. no encerramento de 2024.

Com relação ao comportamento do câmbio, o Banco Santander viu a cotação da moeda brasileira frente ao dólar norte-americano flutuar entre R\$5,02/US\$ e R\$5,53/US\$ no quarto trimestre e encerrar o período cotado a R\$5,22/US\$. Ou seja, abaixo da cotação de R\$5,41/US\$ verificada no encerramento do terceiro trimestre. A volatilidade demonstrada pela trajetória do real está alinhada com nossa previsão de que a taxa de câmbio terá espaço limitado para registrar valorização significativa nos próximos anos. Na verdade, projetamos que a taxa de câmbio atingirá R\$5,40/US\$ ao final de 2023 e R\$5,50/US\$ ao final de 2025.

Os desempenhos mencionados anteriormente aconteceram em meio a um ambiente internacional que o Banco julgou desfavorável e que teve como destaques os seguintes temas: 1) manutenção de pressões inflacionárias ao redor do globo; 2) sinalização de ajuste mais extenso na política monetária dos EUA; 3) intensificação no ritmo de normalização da política monetária na Zona do Euro e; 4) novos surtos de contaminação de COVID-19 na China, elevando o risco de desaceleração intensa na economia daquele país que provoque recessão global de grande magnitude. No ambiente doméstico, o Santander entende que os principais temas foram os seguintes: 1) encerramento da eleição presidencial sem danos ao arcabouço institucional brasileiro; 2) aprovação de emenda constitucional autorizando a governar eleito a ampliar o montante de despesas públicas não sujeitas à regra do teto de gastos públicos a partir de 2023 e; 3) deterioração nas expectativas dos agentes econômicos quanto ao início do processo de redução da taxa SELIC em 2023 (anteriormente, apontavam possibilidade de cortes no início do ano e, atualmente, indicam chance para o segundo semestre de 2023).

### 2. Desempenho

Em relação ao desempenho financeiro, o resultado gerencial alcançou R\$1.689 milhões no quarto trimestre de 2022, com variação -45,9% no trimestre. O lucro líquido gerencial foi de R\$12.900 milhões em 2022 com queda de 21,0% se comparado com o mesmo período do ano anterior. O retorno gerencial sobre o patrimônio líquido foi de 8,35% no 4T22 e 16,3% em 2022.

A carteira de crédito atingiu R\$489.687 milhões representando crescimento de 5,8% se comparado com o mesmo período do ano anterior. Destaque para o crescimento da carteira de pessoas físicas com crescimento 8,0% (principalmente por Consignado, Imobiliário e Crédito Pessoal) e Pequenas e Médias Empresas com crescimento de 7,2%. No trimestre, a carteira cresceu 1,1% com destaque para Pessoas Físicas, influenciada principalmente por movimentos sazonais de final de ano – com destaque para as linhas de Cartão de Crédito e crédito consignado por efeito principalmente do aumento da margem de consignado.

A margem financeira bruta totalizou R\$51.756 milhões em 2022 com queda de 6,9% se comparado com o mesmo período do ano anterior. No 4T22, a margem alcançou R\$12.517 milhões com queda de -0,6% em relação ao 3T22 refletindo principalmente o menor resultado com clientes no período que apresentou queda de -2,6%. A margem de operações com o mercado totalizou (R\$ 1.265) milhões no 4T22, melhorou de 18,1%.

O resultado de créditos de liquidação duvidosa atingiu R\$23.875 milhões com crescimento de 72,0% em relação ao ano anterior, justificado pelo crescimento da inadimplência principalmente nas operações de crédito a pessoas físicas. No 4T22, o resultado atingiu (R\$7.309) milhões com crescimento de 17,7% sobre o 3T22.

As receitas totais de prestação de serviços tiveram queda de 0,2% em 2022, no entanto, apresenta crescimento de 2,2% se normalizarmos a saída da GetNet no ano passado. No quarto trimestre de 2022, a receita atingiu R\$5.075 milhões, representando aumento de 7,2%, influenciado por Seguros (efeitos sazonais de renovação apólice de seguro de vida e mudança de registro de competência de corretagem de Seguros), Cartões e Receita de Adm. de Fundos, Consórcios e Bens.

As despesas gerais atingiram R\$6.049 milhões no 4T22, alta de 6,3% no trimestre. Esta variação é justificada por maiores gastos com pessoal que cresceu 4,8% no trimestre impactadas pelo acordo coletivo aplicado sobre a base salarial da companhia a partir de setembro de 2022, maiores gastos administrativos com variação de +7,6%, principalmente pelo crescimento em linhas de Marketing, tecnologia pela transmissão de dados e licenças de uso de software e maior gasto de amortização e depreciação que atingiu 7,1% neste trimestre refletindo principalmente os maiores investimentos realizados em software e hardware. Em 2022 as despesas atingiram R\$22.706 milhões, crescimento de 5,7%. O índice de eficiência foi de 40,8% no 4T22 com aumento de 3,37 p.p. no trimestre e 1,6 p.p. no ano. Seguimos comprometidos na busca constante por eficiência, com uma abordagem omni-channel, por meio da integração da nossa plataforma e industrialização dos nossos processos.

### 2.1) Resultado Societário

Demonstração dos Resultados Consolidado (R\$ Milhões)	12M22	12M21	variação anual %	4T22	3T22	variação trimestral %
Receitas da Intermediação Financeira	99.768,6	99.112,2	0,7	20.055,7	37.313,3	(46,3)
Despesas da Intermediação Financeira	(71.653,9)	(59.797,4)	19,8	(14.752,8)	(30.985,4)	(52,4)
<b>Resultado Bruto da Intermediação Financeira</b>	<b>28.114,7</b>	<b>39.314,9</b>	<b>(28,5)</b>	<b>5.302,9</b>	<b>6.327,9</b>	<b>(16,2)</b>
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(11.360,0)	(10.652,3)	(27,4)	(3.284,5)	(2.524,3)	30,1
<b>Resultado Operacional</b>	<b>16.754,7</b>	<b>23.662,6</b>	<b>(29,2)</b>	<b>2.018,4</b>	<b>3.803,6</b>	<b>(46,9)</b>
Resultado não Operacional	543,1	9,0	5.934,6	93,5	33,4	180,0
<b>Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações</b>	<b>17.297,8</b>	<b>23.671,6</b>	<b>(26,9)</b>	<b>2.111,9</b>	<b>3.837,0</b>	<b>(45,0)</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	(2.326,2)	(6.503,2)	(64,2)	189,0	(226,7)	(183,4)
Participações no Lucro	(2.222,0)	(2.059,7)	7,9	(616,7)	(566,2)	8,9
Participações dos Acionistas Minoritários	(179,4)	(120,9)	48,3	(75,4)	(5,3)	1.321,8
<b>Lucro Líquido Societário</b>	<b>12.570,2</b>	<b>14.987,7</b>	<b>(16,1)</b>	<b>1.608,8</b>	<b>3.038,8</b>	<b>(47,1)</b>

Resultado Operacional antes da Tributação Ajustado (R\$ Milhões)	12M22	12M21	variação anual %	4T22	3T22	variação trimestral %
<b>Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações</b>	<b>17.297,8</b>	<b>23.671,6</b>	<b>(26,9)</b>	<b>2.111,9</b>	<b>3.837,0</b>	<b>(45,0)</b>
Hedge Cambial	-	-	-	-	-	-
<b>Resultado Operacional 2 da Tributação Ajustado</b>	<b>17.297,8</b>	<b>25.908,5</b>	<b>(33,2)</b>	<b>2.111,9</b>	<b>3.837,0</b>	<b>(45,0)</b>

Imposto sobre a Renda (R\$ Milhões)

12M22	12M21	variação anual %	4T22	3T22	variação trimestral %
(2.326,2)	(6.503,2)	(64,2)	189,0	(226,7)	(183,4)

Imposto de Renda e Contribuição Social

12M22	12M21	variação anual %	4T22	3T22	variação trimestral %
(2.326,2)	(6.503,2)	(64,2)	189,0	(226,7)	(183,4)

Hedge Cambial

12M22	12M21	variação anual %	4T22	3T22	variação trimestral %
-	-	-	-	-	-

Imposto sobre a Renda e Contribuição Social ajustado

12M22	12M21	variação anual %	4T22	3T22	variação trimestral %
(2.326,2)	(8.740,1)	(73,4)	189,0	(226,7)	(183,4)

O retorno do exercício tomando por base o resultado contábil sobre o patrimônio líquido médio atingiu 15,63%, redução de 3,09 p.p. comparado ao mesmo período de 2021.

### a) Hedge Cambial das Agências Grand Cayman e Luxemburgo

O Banco Santander opera agências nas ilhas Cayman e em Luxemburgo, que são usadas, principalmente, para a captação de recursos nos mercados de capital e financeiro internacionais, para o fornecimento ao Banco de linhas de crédito que são estendidas aos seus clientes para financiamentos ao comércio exterior e capital de giro. Para cobrir a exposição desses ativos às variações cambiais, o Banco utiliza captações externas e instrumentos derivativos. De acordo com as regras fiscais brasileiras, a partir de janeiro de 2021, 50% dos ganhos ou perdas decorrentes do impacto da valorização ou desvalorização do Real sobre os investimentos estrangeiros passaram a ser computados na determinação do lucro real e na base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) da pessoa jurídica investidora domiciliada no país, enquanto que os ganhos ou perdas das obrigações e dos instrumentos derivativos utilizados como cobertura são 100% tributáveis ou dedutíveis. O objetivo desses instrumentos derivativos é o de proteger o resultado líquido após impostos. A partir de 2022, em atendimento à Lei nº 14.031, toda variação cambial passou a ser computada na base tributável do IRPJ e CSLL.

O tratamento fiscal distinto de tais diferenças cambiais resulta em volatilidade no resultado operacional e nas contas de despesas tributárias (PIS/COFINS) e tributos sobre a renda (IR/CSLL), conforme demonstrado abaixo:

Hedge Cambial das Agências Grand Cayman e Luxemburgo (R\$ Milhões)	12M22	12M21	variação anual %	4T22	3T22	variação trimestral %
Varição Cambial - Resultado de Intermediação Financeira	(2.644,0)	3.862,1	(168,5)	(1.383,4)	1.239,7	(211,6)
Instrumentos Financeiros Derivativos - Resultado de Intermediação Financeira	2.773,0	(6.374,1)	(143,5)	1.450,4	(1.300,2)	(211,6)
IR/CSLL	-	2.236,9	(100,0)	-	-	-
PIS/COFINS	(129,0)	275,1	(146,9)	(67,0)	60,5	(210,7)

### 2.2) Ativos e Passivos

Balanco Patrimonial Consolidado (R\$ Milhões)	Dez/22	Dez/21	variação anual %
Ativo Circulante e Não Circulante	1.034.164,2	950.440,4	8,8
Permanente	14.353,7	12.935,5	11,0
<b>Total do Ativo</b>	<b>1.048.517,9</b>	<b>963.375,9</b>	<b>8,8</b>
Passivo Circulante e Não Circulante	965.102,7	882.996,9	9,3
Resultados de Exercícios Futuros	-	382,2	(100,0)
Participação dos Acionistas Minoritários	1.353,3	1.257,2	7,6
Patrimônio Líquido	82.061,9	78.739,6	4,2
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>	<b>1.048.517,9</b>	<b>963.375,9</b>	<b>8,8</b>

### 2.3) Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2022, o patrimônio líquido consolidado do Banco Santander apresentou aumento de 4,2% em comparação a 31 de dezembro de 2021.

A variação do Patrimônio Líquido entre 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, foi decorrente, principalmente, do lucro líquido do exercício no montante de R\$12.570 milhões, do ajuste de avaliação patrimonial negativo (títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos) no montante de R\$835 milhões e do pagamento de dividendos no montante de R\$2.820 milhões e dos Juros Sobre Capital Próprio no montante de R\$5.280 milhões.

Para informações adicionais, vide nota explicativa nº 21.

### 2.4) Índice de Basileia

O Banco determina as instituições financeiras a manutenção de um Patrimônio de Referência (PR), PR Nível I e Capital Principal compatíveis com os riscos de suas atividades, superior ao requerimento mínimo do Patrimônio de Referência Exigido, representado pela soma das parcelas de risco de crédito, risco de mercado e risco operacional.

Conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.958/2021 a exigência de PR está em 11,50%, incluindo 8,00% de Mínimo de Patrimônio de Referência, mais 2,50% de Adicional de Conservação de Capital e 1,00% de Adicional Sistemico. O PR Nível I é de 9,50% e o Capital Principal Mínimo de 8,00%.

Segundo as regras estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.955/2021, a apuração dos índices de capital é calculada de forma consolidada com base nas informações do Conglomerado Prudencial, cuja definição é estabelecida pela Resolução CMN nº 4.950/2021, como demonstrado a seguir:

Índice de Basileia %	Dez/22	Dez/21
Patrimônio de Referência Nível I	75.943,7	76.969,9
Capital Principal	69.229,0	69.919,9
Capital Complementar	6.714,7	7.050,1
Patrimônio de Referência Nível II	13.109,8	12.591,3
<b>Patrimônio de Referência (Nível I e II)</b>	<b>89.053,5</b>	<b>89.561,3</b>
Risco de Crédito	559.230,6	527.119,3
Risco de Mercado	19.332,1	15.122,2
Risco Operacional	60.073,2	58.499,8
<b>Total de RWA</b>	<b>638.635,9</b>	<b>600.741,3</b>
<b>Índice de Basileia Nível I</b>	<b>11,89</b>	<b>12,81</b>
<b>Índice de Basileia Capital Principal</b>	<b>10,84</b>	<b>11,64</b>
<b>Índice de Basileia Patrimônio de Referência</b>	<b>13,94</b>	<b>14,91</b>

### 2.5) Principais Controladas

A tabela abaixo apresenta os saldos de ativos totais, patrimônio líquido, lucro líquido e carteira de operações de créditos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, das principais controladas do Banco Santander:

Controladas (R\$ Milhões)	Ativos Totais	Patrimônio Líquido	Lucro (Prejuízo) Líquido	Carteira de Crédito	Particip. %
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.	60.654,0	41.886,9	1.761,0	54.804,7	100,0%
Santander Leasing S.A.	-	-	-	-	-
Arrendamento Mercantil Santander Corretora de Seguros, Investimento e Serviços S.A.	15.523,0	11.096,3	568,0	2.863,1	100,0%
Santander Corretora de Seguros, Investimento e Serviços S.A.	12.974,1	4.586,7	1.413,0	-	100,0%
Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.	1.497,5	800,6	124,9	-	100,0%

As demonstrações financeiras das Controladas acima foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do CMN, do Bacen e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Cosif, da CVM, no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen, sem a eliminação de operações com ligadas.

### 3. Eventos Societários

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram implementados diversos movimentos societários com o intuito de reorganizar as operações e atividades das entidades de acordo com o plano de negócios do Banco Santander.

Para informações adicionais, vide nota explicativa às demonstrações financeiras nº 31.

### 4. Estratégia e Agências de Rating

Para informações referentes a estratégia e a classificação do Banco nas agências de rating, vide Informe de Resultados disponível no endereço eletrônico [www.santander.com.br/ri](http://www.santander.com.br/ri).

### 5. Governança Corporativa

A estrutura de Governança do Banco Santander Brasil é integrada pela Diretoria Executiva e o seu Comitê Executivo constituído pelos Diretores Presidente, Vice-Presidentes Executivos Seniores e Vice-Presidentes Executivos, e pelo Conselho de Administração e seu Comitê de Assessoramento, são eles: Auditoria, Riscos e Compliance, Sustentabilidade, Remuneração e Nomeação e Governança. Para maiores informações sobre as práticas de governança corporativa adotadas pelo Banco Santander Brasil e deliberações do Conselho de Administração, vide endereço eletrônico [www.santander.com.br/ri](http://www.santander.com.br/ri).

### 6. Gestão de Riscos

O Bacen publicou em 23 de fevereiro de 2017, a Resolução CMN nº4.557 que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e de capital (GIRC) entrando em vigor a partir do mesmo ano. A resolução destaca a necessidade de implementação de estrutura de gerenciamento integrado de riscos e capital, definição de programa de teste de estresse integrado e declaração de Apetite por Riscos (RAS – Risk Appetite Statement), constituição de Comitê de Riscos, definição de política de divulgação de informações publicadas, indicação de diretor para gerenciamento de riscos, diretor de capital e diretor responsável pela política de divulgação de informações.

O Banco Santander desenvolve ações necessárias de forma contínua e progressiva, visando a aderência à resolução. Não foram identificados impactos relevantes decorrentes dessa norma.

Para maiores informações, vide a nota explicativa nº 30 desta publicação.

### Estrutura de Gerenciamento de Capital

A estrutura de gerenciamento de capital do Banco Santander conta com uma governança robusta, a qual suporta os processos relacionados a este tema e estabelece as atribuições de cada uma das equipes envolvidas. Além disso, há uma clara definição das diretrizes que devem ser adotadas para a efetiva gestão do capital. Maiores detalhes podem ser consultados na Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital, disponível no endereço eletrônico [www.santander.com.br/ri](http://www.santander.com.br/ri).

### Auditoria Interna

A Auditoria Interna reporta-se diretamente ao Conselho de Administração, sendo o Comitê de Auditoria responsável por sua supervisão.

A Auditoria Interna é uma função permanente e independente de qualquer outra função ou unidade, que tem como missão proporcionar ao Conselho de Administração e à alta direção análise independente sobre a qualidade e eficácia dos processos e sistemas de controle interno, de gestão dos riscos (atuais ou emergentes) e de governo, contribuindo assim para a proteção do valor da organização, da sua solvência e reputação. A Auditoria Interna possui certificado de qualidade emitido pelo Instituto dos Auditores Internos (IIA).

Para cumprir suas funções e riscos de cobertura inerentes à atividade do Banco Santander, a Auditoria Interna possui um conjunto de ferramentas desenvolvidas internamente e que são atualizadas quando necessário. Entre elas se destaca a matriz de risco, utilizada como ferramenta de planejamento, priorizando o nível de risco do universo auditável considerando, entre outros, seus riscos inerentes, o último rating de auditoria, o grau de cumprimento das recomendações e sua dimensão. Os programas de trabalho, que descrevem os testes de auditoria a serem realizados, são revisados periodicamente. O Comitê de Auditoria e o Conselho de Administração analisaram favoravelmente e aprovaram o plano de trabalho da Auditoria Interna para o ano de 2022.

### 7. Pessoas

No Banco seguimos cuidando de nossas pessoas. Afinal, são elas que pensam, projetam, desenvolvem, interagem e constroem aquilo que o Banco deseja ser. Esse é o motivo de o Banco investir em cada um dos 52.603 funcionários aqui no Brasil.

No tema Saúde, temos implementado uma série de ações para promover o Bem Estar e a Saúde Física e Emocional de nossas pessoas, principalmente neste momento de retomada pós COVID-19, sempre seguindo as orientações dos órgãos sanitários e de saúde. Para o desenvolvimento de nossas pessoas, a Universidade Corporativa – a Academia Santander, trabalha por uma cultura forte, transversal, proporcionando que todos, de forma on-line e presencial, possam aprimorar aquilo que já conhecem e explorem novas possibilidades. De certificações obrigatórias para determinadas funções aos cursos de Liderança Digital, o mais importante é sair da zona de conforto e investir em si mesmo por meio da ampliação de conhecimento e repertório.

O Banco apoia líderes e gestores para que estejam próximos e disponíveis. Essa atuação é baseada em três pilares: Feedback, Papo Aberto e Reconhecimento Personalizado, fazendo com que haja alinhamento entre todos por meio de conversas recorrentes e francas, direcionamento de carreira e momentos especiais para premiar o crescimento das equipes.

O Banco Santander preza por um ambiente diverso, onde cada competência e cada diferença é valorizada. Exemplo é o Grupo de Afinidade, criado para promover a diversidade e inclusão baseado nos 5 pilares: Liderança Feminina; Equidade Racial; Pessoas com Deficiência; Diversidade de Formações, Experiências e Gerações e o pilar LGBTQIA+. Outro bom exemplo é o Show de Talentos. Nele, o Santander abre espaço para conhecer as mais diferentes performances e explorar o universo de habilidades que existem no Banco, permitindo interação e confraternização entre os colegas. Na esfera de Clientes, continuamos focados em oferecer os melhores produtos e serviços, de forma Simples, Pessoal e Justa.

Neste contexto, tivemos em outubro e novembro o Todos na Mesma Página, que é uma iniciativa criada em 2021 e que ocorre de 3 a 4 vezes ao ano. Para esses encontros, incentivamos a leitura de um livro e proporcioneamos um debate entre nosso CEO e toda a organização. Nas últimas apresentações, debatemos os livros "As Cartas de Bezos" e "Pequeno Manual Antirracista", com participação de 57 mil espectadores (total).

No início de outubro, tivemos a Semana Santander, que aconteceu em todas as unidades do Santander no mundo. Neste ano, nossas atividades foram pensadas com foco em um dos nossos Comportamentos Corporativos, o Think Customer (Penso no Cliente). Foram diversas atividades pensadas para melhorar a experiência dos nossos clientes. Além disso, tivemos novamente o Amigo de Valor, que apoia políticas públicas voltadas para a garantia de direitos de crianças e adolescentes e permite a destinação de parte do imposto de renda devido diretamente aos Fundos de Direto da Criança e do Adolescente.

Também em outubro tivemos nossa segunda Campanha de Doação de Sangue do ano, com excelente adesão dos nossos funcionários.

### 8. Desenvolvimento Sustentável

Nosso propósito é contribuir para o progresso das pessoas e dos negócios. Ao mesmo tempo, queremos apoiar a construção de um Brasil mais justo e sustentável. Temos uma estratégia clara para as nossas aspirações ambientais (ser referência em negócios sustentáveis), sociais (trabalhar para que todos tenham oportunidades) e de governança (ter as melhores práticas de gestão ESG).

### AMBIENTAL

Em 2022, viabilizamos R\$ 32,2 bilhões em negócios sustentáveis, apoiando a transição para uma economia de baixo carbono, resiliente e inclusiva. Entre os destaques, estão:

- Mantivemos a liderança no mercado de CBIOS, que ajudamos a criar em 2020, com 54,4% de market share.

- Em Agro sustentável, que considera linhas que fomentam agricultura de baixo carbono e energia solar, desembolsamos R\$ 394 milhões.

...Continuação



# BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Valores expressos em milhares, exceto quando indicado

Notas Explicativas	Banco			Consolidado		
	01/07 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021	01/07 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
<b>Receitas da Intermediação Financeira</b>						
Operações de Crédito	51.646.679	89.128.977	89.510.090	57.369.002	99.768.622	99.112.242
Operações de Arrendamento Mercantil	33.076.625	62.676.931	49.671.784	39.927.927	76.031.354	61.171.882
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6.a.v	17.545.390	27.036.056	28.372.573	16.505.558	22.796.130
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos		(1.709.039)	(6.587.976)	7.617.437	(2.024.251)	(5.467.652)
Resultado de Operações com Câmbio		(1.393.000)	(1.212.149)	1.434.356	(1.393.000)	(1.212.149)
Resultado das Aplicações Compulsórias		4.126.703	7.216.115	2.413.940	4.146.322	7.252.984
<b>Despesas da Intermediação Financeira</b>	<b>(45.997.690)</b>	<b>(71.178.111)</b>	<b>(56.931.567)</b>	<b>(45.738.179)</b>	<b>(71.653.934)</b>	<b>(59.797.367)</b>
Operações de Captação no Mercado	17.c	(34.581.648)	(55.201.831)	(34.550.727)	(32.325.288)	(52.015.683)
Resultado de Operações com Empréstimos e Repasses		393.192	4.561.017	(9.424.889)	357.505	4.504.570
Resultado de Operações com Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros		(38.681)	282.527	(375.913)	114.929	663.004
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	8.e	(11.770.553)	(20.819.824)	(12.580.038)	(13.885.325)	(24.805.825)
<b>Resultado Bruto da Intermediação Financeira</b>	<b>5.648.989</b>	<b>17.950.866</b>	<b>32.578.523</b>	<b>11.630.823</b>	<b>28.114.688</b>	<b>39.314.875</b>
<b>Outras Receitas (Despesas) Operacionais</b>	<b>(2.248.635)</b>	<b>(5.579.734)</b>	<b>(11.420.476)</b>	<b>(5.808.799)</b>	<b>(11.360.005)</b>	<b>(15.652.312)</b>
Receitas de Prestação de Serviços	23	5.617.072	11.055.499	10.816.722	7.141.022	13.986.993
Rendas de Tarifas Bancárias	23	2.267.954	4.591.871	4.686.933	2.667.935	5.321.070
Despesas de Pessoal	24	(3.136.882)	(6.270.788)	(6.027.467)	(4.020.617)	(7.864.380)
Outras Despesas Administrativas	25	(6.881.119)	(13.059.814)	(13.194.063)	(6.700.036)	(12.948.807)
Despesas Tributárias		(1.664.903)	(3.536.857)	(3.371.632)	(2.465.578)	(5.012.122)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	14.b	3.523.166	5.977.331	3.676.647	71.565	114.965
Outras Receitas Operacionais	26	4.302.314	7.625.877	2.978.645	6.554.330	12.545.348
Outras Despesas Operacionais	27	(6.276.237)	(11.962.853)	(10.986.261)	(9.057.420)	(17.503.072)
<b>Resultado Operacional</b>	<b>3.400.354</b>	<b>12.371.132</b>	<b>21.158.047</b>	<b>5.822.024</b>	<b>16.754.683</b>	<b>23.662.563</b>
<b>Resultado não Operacional</b>	<b>28</b>	<b>114.747</b>	<b>517.476</b>	<b>58.835</b>	<b>126.842</b>	<b>543.114</b>
<b>Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações</b>	<b>3.515.101</b>	<b>12.888.608</b>	<b>21.216.882</b>	<b>5.948.866</b>	<b>17.297.797</b>	<b>23.671.563</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>11.d</b>	<b>2.057.156</b>	<b>1.408.032</b>	<b>(4.360.778)</b>	<b>(37.766)</b>	<b>(2.326.237)</b>
Provisão para Imposto de Renda		367.901	(68.908)	(1.132.791)	(636.919)	(2.109.804)
Provisão para Contribuição Social		287.901	(37.967)	(1.029.090)	(293.760)	(1.159.044)
Ativo Fiscal Diferido		1.401.354	1.514.907	(2.198.897)	892.913	942.611
<b>Participações no Lucro</b>	<b>(990.117)</b>	<b>(1.938.115)</b>	<b>(1.860.596)</b>	<b>(1.182.960)</b>	<b>(2.222.015)</b>	<b>(2.059.673)</b>
Participações dos Acionistas Minoritários	21.e	-	-	(80.638)	(179.354)	(120.949)
<b>Lucro Líquido</b>	<b>4.582.140</b>	<b>12.358.525</b>	<b>14.995.508</b>	<b>4.647.502</b>	<b>12.570.191</b>	<b>14.987.716</b>
Número de Ações (Mil)	21.a	7.498.531	7.498.531	7.498.531	7.498.531	7.498.531
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações (em R\$)		611,07	1.648,13	1.999,79	611,07	1.999,79

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Valores expressos em milhares, exceto quando indicado

Notas Explicativas	Banco			Consolidado		
	01/07 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021	01/07 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
<b>Lucro Líquido do Período</b>	<b>4.582.140</b>	<b>12.358.525</b>	<b>14.995.508</b>	<b>4.647.502</b>	<b>12.570.191</b>	<b>14.987.716</b>
<b>Outros Resultados Abrangentes que serão reclassificados subsequentemente para lucros ou prejuízos quando condições específicas forem atendidas:</b>						
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda						
Próprios	558.715	(759.367)	(3.581.648)	585.289	(835.364)	(3.597.444)
De Ligada	346.185	(454.581)	(2.613.797)	372.759	(530.578)	(2.629.593)
Impostos	586.435	(691.839)	(4.202.188)	688.924	(903.793)	(4.711.126)
Hedge de Fluxo de Caixa	79.872	(40.698)	(482.361)	-	-	-
Próprios	(320.122)	277.956	2.070.752	(316.165)	373.215	2.081.533
De Ligada	212.530	(304.786)	(967.851)	212.530	(304.786)	(967.851)
Impostos	(28.442)	(777.455)	(1.615.600)	199.004	(674.524)	(1.740.909)
Outros Resultados Abrangentes que não serão reclassificados para Lucro Líquido:						
Plano de Benefícios	(96.277)	39.765	254.056	(96.277)	39.765	254.056
Próprios	(96.277)	39.765	254.056	(96.277)	39.765	254.056
Impostos	(108.344)	213.739	575.560	(108.344)	213.739	575.560
<b>Resultado Abrangente do Período</b>	<b>5.044.578</b>	<b>11.638.923</b>	<b>11.667.916</b>	<b>5.136.514</b>	<b>11.774.592</b>	<b>11.644.328</b>
Atribuível à controladora				5.055.876	11.595.238	11.523.379
Atribuível aos Acionistas Minoritários				80.638	179.354	120.949
<b>Total</b>	<b>5.136.514</b>	<b>11.774.592</b>	<b>11.644.328</b>	<b>5.136.514</b>	<b>11.774.592</b>	<b>11.644.328</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Valores expressos em milhares, exceto quando indicado

Notas Explicativas	Banco			Consolidado		
	01/07 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021	01/07 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
<b>Receitas da Intermediação Financeira</b>	<b>51.646.679</b>	<b>89.128.977</b>	<b>89.510.090</b>	<b>57.369.002</b>	<b>99.768.622</b>	<b>99.112.242</b>
Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias	23	7.885.026	15.647.370	15.503.655	9.808.957	19.308.063
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	8.e	(11.770.553)	(20.819.824)	(12.580.038)	(13.885.325)	(24.805.825)
Outras Receitas e Despesas		(1.859.176)	(3.819.500)	(7.948.781)	(2.376.248)	(4.414.610)
Despesas da Intermediação Financeira		(33.115.042)	(50.141.532)	(46.626.121)	(30.214.068)	(46.206.109)
<b>Insumos de Terceiros</b>	<b>(4.971.027)</b>	<b>(9.323.932)</b>	<b>(8.698.621)</b>	<b>(4.670.928)</b>	<b>(8.996.891)</b>	<b>(8.843.286)</b>
Material, Energia e Outros		(137.494)	(319.032)	(291.900)	(144.892)	(339.799)
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	25	(1.524.129)	(2.687.335)	(2.282.474)	(1.305.810)	(2.456.734)
Avaliação do Valor Recuperável		(15.037)	(15.037)	(14.899)	(15.037)	(15.037)
Outros		(3.294.367)	(6.302.528)	(6.109.348)	(3.205.189)	(6.185.321)
<b>Valor Adicionado Bruto</b>	<b>7.815.907</b>	<b>20.671.559</b>	<b>29.160.184</b>	<b>16.031.390</b>	<b>34.653.250</b>	<b>39.274.719</b>
Retenções		-	-	-	-	-
Depreciações e Amortizações	25	(1.470.019)	(2.853.434)	(3.637.533)	(1.582.639)	(3.057.385)
<b>Valor Adicionado Líquido Produzido</b>	<b>6.345.888</b>	<b>17.818.125</b>	<b>25.522.651</b>	<b>14.448.751</b>	<b>31.595.865</b>	<b>35.452.225</b>
Valor Adicionado Recebido em Transferência do Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	14.b	3.523.166	5.977.331	3.676.647	71.565	114.965
<b>Valor Adicionado Total a Distribuir</b>	<b>9.869.054</b>	<b>23.795.456</b>	<b>29.199.298</b>	<b>14.520.316</b>	<b>31.710.830</b>	<b>35.521.621</b>
<b>Distribuição do Valor Adicionado</b>						
Pessoal						
Remuneração	24	1.809.015	3.719.934	3.397.120	2.247.616	4.476.345
Benefícios	24	642.992	1.234.120	1.203.198	850.673	1.642.099
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)		668.085	864.850	433.955	246.114	494.736
Outras		1.052.012	2.006.860	1.867.189	1.303.654	2.374.803
<b>Impostos, Taxas e Contribuições</b>	<b>674.737</b>	<b>2.728.719</b>	<b>11,5%</b>	<b>6.444.419</b>	<b>22,1%</b>	<b>4.697.651</b>
Federais		(1.490.985)	203.172	5.693.848	1.406.283	5.327.789
Estaduais		527	807	630	8.965	9.392
Municipais		2.165.195	2.524.740	749.941	3.282.403	3.741.590
<b>Remuneração do Capital de Terceiros - Aluguéis</b>	<b>25</b>	<b>440.073</b>	<b>882.448</b>	<b>3,7%</b>	<b>857.909</b>	<b>2,9%</b>
<b>Remuneração de Capitais Próprios</b>	<b>4.582.140</b>	<b>12.358.525</b>	<b>51,9%</b>	<b>14.995.508</b>	<b>51,4%</b>	<b>4.728.140</b>
Dividendos	21.b	820.000	2.820.000	6.000.000	820.000	2.820.000
Juros sobre o Capital Próprio	21.b	2.580.000	5.280.000	3.649.000	2.580.000	5.280.000
Reinvestimentos de Lucros		1.182.140	4.258.525	5.346.508	1.408.778	4.828.899
Resultado das Participações dos Acionistas Minoritários	21.e	-	-	-	(80.638)	(179.354)
<b>Total</b>	<b>9.869.054</b>	<b>23.795.456</b>	<b>100,0%</b>	<b>29.199.298</b>	<b>100,0%</b>	<b>14.520.316</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Valores expressos em milhares, exceto quando indicado

Notas Explicativas	Banco			Consolidado		
	01/07 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021	01/07 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
<b>Atividades Operacionais</b>						
<b>Lucro Líquido</b>	<b>4.582.140</b>	<b>12.358.525</b>	<b>14.995.508</b>	<b>4.647.502</b>	<b>12.570.191</b>	<b>14.987.716</b>
<b>Ajustes ao Lucro Líquido</b>	<b>20.685.586</b>	<b>35.098.026</b>	<b>40.387.971</b>	<b>26.686.862</b>	<b>45.721.774</b>	<b>46.989.812</b>
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	8.e	11.770.553	20.819.824	12.580.038	13.885.325	24.805.825
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais	20.c	484.613	1.164.154	1.349.302	595.755	1.477.583
Atualizações Monetárias das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais	20.c	218.524	610.135	611.011	306.457	768.783
Tributos Diferidos		(1.229.655)	(1.074.194)	3.005.190	(932.836)	6.629.909
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	14.b	(3.523.166)	(5.977.331)	(3.676.647)	(71.565)	(114.965)
Depreciações e Amortizações	25	1.470.019	2.853.434	3.637.533	1.582.639	3.057.385
Constituição (Reversão) de Provisão para Perdas em Ativos não Financeiros Mantidos para Venda	28	(400)	(4.357)	19.309	(19.037)	(38.171)
Resultado de Ativos não Financeiros Mantidos para Venda	28	(31.225)	(81.853)	81.439	(16.260)	(48.731)
Resultado de Investimentos	28	(400.517)	(400.517)	-	(400.517)	(400.517)
Atualização de Depósitos Judiciais	26	(291.309)	(536.237)	(331.513)	(387.262)	(688.576)
Resultado em Garantias Financeiras		98.992	88.709	69.548	98.992	88.709
Prestadas	26	(493.075)	(673.292)	(197.801)	(543.253)	(819.970)
Atualização de Impostos a Compensar Efeitos das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		983	-	-	983	-
Efeitos das Mudanças das Taxas de Câmbio em Ativos e Passivos		12.563.322	18.240.349	23.236.338	12.563.322	18.240.349
Outros		47.907	69.202	4.224	24.119	

...Continuação



# BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONSOLIDADO

Valores expressos em milhares, exceto quando indicado

Notas Explicativas	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial			Lucros Acumulados	(-) Ações em Tesouraria	Patrimônio Líquido	Participação dos Acionistas Minoritários		Total do Patrimônio Líquido
			Reserva Legal	Reserva para Equalização de Dividendos	Coligadas e Controladas	Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	Acionistas Minoritários				Patrimônio Líquido		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>57.000.000</b>	<b>298.313</b>	<b>4.520.872</b>	<b>17.990.263</b>	<b>3.004.187</b>	<b>124.186</b>	<b>(3.178.280)</b>	-	<b>(791.358)</b>	<b>78.968.183</b>	<b>1.150.708</b>	<b>80.118.891</b>	
Plano de Benefícios a Funcionários	-	-	-	-	-	-	254.057	-	-	254.057	-	254.057	
Ações em Tesouraria	21.d	-	40.821	-	-	-	-	-	78.319	119.140	-	119.140	
Reservas para Pagamento Baseado em Ações	-	-	61.567	-	-	-	-	-	-	61.567	-	61.567	
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	-	-	(3.000.945)	(596.500)	-	-	-	(3.597.445)	-	(3.597.445)	
Cisão	21.a	(2.000.000)	-	(527.444)	-	-	-	-	-	(2.527.444)	-	(2.527.444)	
Dividendos Prescritos	-	-	-	6.530	-	-	-	-	-	6.530	-	6.530	
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	-	-	14.987.716	-	14.987.716	-	14.987.716	
Destinações:													
Reserva Legal	21.c	-	-	749.386	-	-	-	(749.386)	-	-	-	-	
Dividendos	21.b	-	-	-	(200.000)	-	-	(5.800.000)	-	(6.000.000)	-	(6.000.000)	
Juros sobre o Capital Próprio	21.b	-	-	-	-	-	-	(3.649.000)	-	(3.649.000)	-	(3.649.000)	
Reserva para Equalização de Dividendos	21.c	-	-	-	5.298.525	-	-	(5.298.525)	-	-	-	-	
Lucro não Realizado	-	-	-	(509.195)	-	-	-	509.195	-	-	-	-	
Resultado de Participações dos Acionistas Minoritários	21.e	-	-	-	-	-	-	-	-	-	120.949	120.949	
Outros	-	-	-	116.260	-	-	-	-	-	116.260	(14.412)	101.848	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>55.000.000</b>	<b>400.701</b>	<b>5.270.258</b>	<b>22.174.938</b>	<b>3.242</b>	<b>(472.314)</b>	<b>(2.924.223)</b>	-	<b>(713.039)</b>	<b>78.739.563</b>	<b>1.257.245</b>	<b>79.996.809</b>	
<b>Mutações no Exercício</b>	<b>(2.000.000)</b>	<b>102.388</b>	<b>749.386</b>	<b>4.184.675</b>	<b>(3.000.945)</b>	<b>(596.500)</b>	<b>254.057</b>	-	<b>78.319</b>	<b>(228.620)</b>	<b>106.537</b>	<b>(122.083)</b>	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>55.000.000</b>	<b>400.701</b>	<b>5.270.258</b>	<b>22.174.938</b>	<b>3.242</b>	<b>(472.314)</b>	<b>(2.924.223)</b>	-	<b>(713.039)</b>	<b>78.739.563</b>	<b>1.257.245</b>	<b>79.996.808</b>	
Plano de Benefícios a Funcionários	-	-	-	-	-	-	39.765	-	-	39.765	-	39.765	
Ações em Tesouraria	21.d	-	-	-	-	-	-	-	(506.277)	(506.277)	-	(506.277)	
Resultado de Ações em Tesouraria	-	-	68.894	-	-	-	-	-	-	68.894	-	68.894	
Reservas para Pagamento Baseado em Ações	-	-	(24.626)	-	-	-	-	-	-	(24.626)	-	(24.626)	
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	-	-	(897.596)	62.232	-	-	-	(835.364)	-	(835.364)	
Dividendos Prescritos	-	-	-	40.111	-	-	-	-	-	40.111	-	40.111	
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	-	-	12.570.191	-	12.570.191	-	12.570.191	
Destinações:													
Reserva Legal	21.c	-	-	628.510	-	-	-	(628.510)	-	-	-	-	
Dividendos	21.b	-	-	-	(1.300.000)	-	-	(1.520.000)	-	(2.820.000)	-	(2.820.000)	
Juros sobre o Capital Próprio	21.b	-	-	-	-	-	-	(5.280.000)	-	(5.280.000)	-	(5.280.000)	
Reserva para Equalização de Dividendos	21.c	-	-	-	5.141.681	-	-	(5.141.681)	-	-	-	-	
Lucro não Realizado	-	-	-	61.866	-	-	-	-	-	61.866	-	61.866	
Resultado de Participações dos Acionistas Minoritários	21.e	-	-	-	-	-	-	-	-	-	179.354	179.354	
Outros	-	-	-	7.791	-	-	-	-	-	7.791	(83.280)	(75.489)	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>55.000.000</b>	<b>444.969</b>	<b>5.898.768</b>	<b>26.126.387</b>	<b>(894.354)</b>	<b>(410.082)</b>	<b>(2.884.458)</b>	-	<b>(1.219.316)</b>	<b>82.061.914</b>	<b>1.353.319</b>	<b>83.415.233</b>	
<b>Mutações no Exercício</b>	<b>-</b>	<b>44.288</b>	<b>628.510</b>	<b>3.951.449</b>	<b>(897.596)</b>	<b>62.232</b>	<b>39.765</b>	-	<b>(506.277)</b>	<b>3.322.351</b>	<b>96.074</b>	<b>3.418.425</b>	
<b>Saldos em 30 de junho de 2022</b>	<b>55.000.000</b>	<b>381.332</b>	<b>5.666.392</b>	<b>25.088.471</b>	<b>(1.172.327)</b>	<b>(717.398)</b>	<b>(2.788.181)</b>	-	<b>(1.123.063)</b>	<b>80.335.226</b>	<b>1.398.928</b>	<b>81.734.154</b>	
Plano de Benefícios a Funcionários	-	-	-	-	-	-	(96.277)	-	-	(96.277)	-	(96.277)	
Ações em Tesouraria	21.d	-	(18.496)	-	-	-	-	-	(96.253)	(114.749)	-	(114.749)	
Resultado de Ações em Tesouraria	-	-	68.894	-	-	-	-	-	-	68.894	-	68.894	
Reservas para Pagamento Baseado em Ações	-	-	(13.239)	-	-	-	-	-	-	(13.239)	-	(13.239)	
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	-	-	277.973	307.316	-	-	-	585.289	-	585.289	
Dividendos Prescritos	-	-	-	9.601	-	-	-	-	-	9.601	-	9.601	
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	-	-	4.647.502	-	4.647.502	-	4.647.502	
Destinações:													
Reserva Legal	21.c	-	-	232.376	-	-	-	(232.376)	-	-	-	-	
Dividendos	21.b	-	-	-	-	-	-	(820.000)	-	(820.000)	-	(820.000)	
Juros sobre o Capital Próprio	21.b	-	-	-	-	-	-	(2.580.000)	-	(2.580.000)	-	(2.580.000)	
Reserva para Equalização de Dividendos	21.c	-	-	-	1.015.126	-	-	(1.015.126)	-	-	-	-	
Lucro não Realizado	-	-	-	(6.194)	-	-	-	-	-	(6.194)	-	(6.194)	
Resultado de Participações dos Acionistas Minoritários	21.e	-	-	-	-	-	-	-	-	-	80.638	80.638	
Outros	-	-	-	19.383	-	-	-	-	-	19.383	(126.247)	(106.864)	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>55.000.000</b>	<b>444.969</b>	<b>5.898.768</b>	<b>26.126.387</b>	<b>(894.354)</b>	<b>(410.082)</b>	<b>(2.884.458)</b>	-	<b>(1.219.316)</b>	<b>82.061.914</b>	<b>1.353.319</b>	<b>83.415.233</b>	
<b>Mutações no Semestre</b>	<b>-</b>	<b>63.637</b>	<b>232.376</b>	<b>1.037.916</b>	<b>277.973</b>	<b>307.316</b>	<b>(96.277)</b>	-	<b>(96.253)</b>	<b>1.726.688</b>	<b>(45.609)</b>	<b>1.681.079</b>	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

### 1. Contexto Operacional

O Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco), controlado direta e indiretamente pelo Banco Santander, S.A., com sede na Espanha (Banco Santander Espanha), é a instituição líder dos Conglomerados Financeiro e Prudencial (Conglomerado Santander) perante o Banco Central do Brasil (Bacen), constituído na forma de sociedade por ações, com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041, Cj. 281, Bloco A, Cond. Wtorre JK - Vila Nova Conceição - São Paulo - SP. O Banco Santander opera como banco múltiplo e desenvolve suas operações por intermédio das carteiras comercial, de investimento, de crédito, financiamento e investimento, de crédito imobiliário, de arrendamento mercantil e de câmbio. Através de empresas controladas, atua também nos mercados de instituição de pagamento, administração de consórcios, corretagem de valores mobiliários, corretagem de seguros, financiamento ao consumo, plataformas digitais, gestão de benefícios, gestão e recuperação de créditos não performados, capitalização e previdência privada, e fornecimento e administração de vales alimentação, refeição e outros. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. Os benefícios e custos correspondentes aos serviços prestados são absorvidos e compartilhados entre as mesmas e são realizados no curso normal dos negócios e em condições comutativas.

### 2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco Santander, que incluem suas dependências no exterior (Banco) e as demonstrações consolidadas (Consolidado), foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo BACEN e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Os seguintes normativos entraram em vigor em 1º de janeiro de 2022:

- Resolução CMN nº 4.817/2020, que trata sobre critérios para mensuração e reconhecimento contábeis de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto. O Banco Santander já adota o procedimento estabelecido.
- Resolução CMN nº 4.924/2021, que dispõe sobre os princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciamento contábeis. Dentre as principais alterações está a adoção de pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC): (i) CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro; (ii) CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos; (iii) CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro; (iv) CPC 46 - Mensuração do Valor Justo; e (v) CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O Banco Santander já adota estes pronunciamentos técnicos.
- Resolução CMN nº 4.967/2021, que determina critérios de reconhecimento, mensuração e evidenciamento contábeis de propriedades para investimento e de ativos não financeiros adquiridos com a finalidade de venda futura e de geração de lucros com base nas variações dos seus preços no mercado. O Banco Santander já adota os procedimentos estabelecidos.

A Resolução CMN nº 4.966/2021, estabelece os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), harmonizando os critérios contábeis do COSIF para os requerimentos da norma internacional IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2025. Dentre as principais mudanças está a classificação de instrumentos financeiros, reconhecimento de juros em caso de atraso, cálculo da taxa efetiva contratual, baixa a prejuízo e reconhecimento da provisão e classificação das operações com problemas de crédito.

A Lei nº 14.467/2022 alterou o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das Instituições financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo BACEN. A principal alteração está na dedução das perdas incorridas na determinação do Lucro Real e da base de cálculo da CSLL. Esta lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025.

A adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021, da Lei nº 14.467/2022 e de outros normativos que são correlacionados, inclusive a reformulação do elenco de contas do COSIF, estão contidas no Plano de Implementação do Banco Santander.

O Plano de Implementação dos referidos normativos no Banco Santander está segregado em três pilares:

- (i) Organização e Governança: Fóruns e Comitês compostos por diversos níveis hierárquicos dedicados a definição e acompanhamento da implementação;
- (ii) Processos e Sistemas: Mapeamento dos impactos e implementação das mudanças nos processos e sistemas; e
- (iii) Modelos e Critérios: Revisão e atualização dos modelos e critérios utilizados nas estimativas contábeis.

O cronograma do Plano de Implementação está sendo faseado ao longo do período de 2023 até o final do exercício de 2024, sendo que ainda depende de normas acessórias a serem emitidas pelo BACEN para implementação total. Os impactos nas Demonstrações Financeiras serão divulgados de forma oportuna após a definição completa do arcabouço regulatório.

A Resolução CMN nº 4.975/2021, estabelece a observância ao Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 06 (R2) - Arrendamentos, no reconhecimento, na mensuração, na apresentação e na divulgação de operações de arrendamento mercantil a partir de 1º de janeiro de 2025. O Banco Santander está avaliando os impactos e alterações necessárias para atendimento desta norma.

A Instrução Normativa BCB nº 319/2022 revoga a partir de 1º de janeiro de 2023 a Carta-Circular nº 3.429/2010, que estabelece regras para o registro contábil de obrigações tributárias em discussão judicial, trazendo convergência à norma internacional IAS 37, cujo correspondente no Brasil é o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. O Banco Santander está avaliando impactos desta normativa.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem o Banco e suas empresas controladas e os fundos de investimentos indicados na Nota 14, onde as empresas do Conglomerado Santander são as principais beneficiárias ou detentoras das principais obrigações. As carteiras desses fundos de investimentos estão classificadas por tipo de operação e estão distribuídas nas mesmas categorias em que originalmente foram alocações.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram eliminadas as participações societárias, os saldos relevantes a receber e a pagar, as receitas e despesas decorrentes de transações entre dependências no país, dependência no exterior e controladas, os resultados não realizados entre essas empresas e destacada a participação dos acionistas minoritários no patrimônio líquido e no resultado.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre provisões e passivos contingentes e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas, sendo as principais, provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, realização de ativos fiscais diferidos, provisão para processos judiciais, cíveis, fiscais e trabalhistas, plano de pensão e o valor justo dos ativos financeiros.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o período findo em 31 de dezembro de 2022, na reunião realizada em 01 de fevereiro de 2023.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas elaboradas com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, serão divulgadas, no prazo legal, no endereço eletrônico [www.santander.com.br/ri](http://www.santander.com.br/ri).

### 3. Principais Políticas Contábeis

#### a) Apuração do Resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, pro rata die incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

#### b) Moeda Funcional

##### Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

Conforme Resolução CMN nº 4524/2016, as demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação do Banco Santander e de suas controladas, incluindo sua subsidiária e agências no exterior.

Os ativos e passivos das dependências e subsidiária no exterior são convertidos para o Real como segue:

- Ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço; e
- Receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal.

#### c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins de demonstração dos fluxos de caixa, equivalentes de caixa correspondem aos saldos de aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

#### d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez e Créditos Remunerados Vinculados ao Bacen

São demonstradas pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados pro rata dia.

#### d.1) Operações Compromissadas

##### Venda com Compromisso de Recompra

Os títulos de renda fixa próprios utilizados para lastrear as operações compromissadas são destacados em contas específicas do ativo (títulos vinculados) na data da operação, pelo valor médio contábil atualizado, por tipo e vencimento do papel. A diferença entre os valores de recompra e o de venda representa a despesa da operação.

O Banco também utiliza lastros de terceiros para realizar captações em operações de venda com compromisso de recompra, tais captações são registradas como posição financiada.

##### Compra com Compromisso de Revenda

Os financiamentos concedidos mediante lastro com títulos de renda fixa (de terceiros) são registrados na posição bancada pelo valor de liquidação. A diferença entre os valores de revenda e de compra representa a renda da operação. Os títulos adquiridos com compromisso de revenda são transferidos para a posição financiada quando utilizados para lastrear operações de venda com compromisso de recompra.

##### Operações Compromissadas Realizadas com Acordo de Livre Movimentação

Para operações com cláusula de livre movimentação, no momento da venda definitiva dos títulos adquiridos com compromisso de revenda, o passivo referente à obrigação de devolução do título deve ser avaliado pelo valor de mercado do título.

#### e) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada, conforme Circular nº 3.068/2001 do Banco Central, pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:

- I - títulos para negociação;
- II - títulos disponíveis para venda; e
- III - títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade financeira do Banco de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados pro rata dia, ajustados ao valor de mercado (valor justo), computando-se a valorização ou

...Continuação



# BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

- Déficit ou superávit é: (a) o valor presente da obrigação de benefício definido; menos (b) o valor justo dos ativos do plano.

- A entidade patrocinadora poderá reconhecer os ativos do plano no balanço quando atenderem as seguintes características: (i) os ativos do fundo forem suficientes para o cumprimento de todas as obrigações de benefícios aos empregados do plano ou da entidade patrocinadora; ou (ii) os ativos forem devolvidos à entidade patrocinadora com o intuito de reembolsá-la por benefícios já pagos a empregados.

- Ganhos e perdas atuariais são mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido resultantes de: (a) ajustes pela experiência (efeitos das diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que efetivamente ocorreu); e (b) efeitos das mudanças nas premissas atuariais.

- Custo do serviço corrente é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente.

- O custo do serviço passado é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração no plano ou de redução do número de empregados cobertos.

Benefícios pós-emprego são reconhecidos no resultado nas linhas de outras despesas operacionais - perdas atuariais - planos de aposentadoria (Nota 27) e despesas de pessoal (Nota 24).

Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por entidade externa de consultoria especializada e aprovado pela Administração, no final de cada exercício com vigência para o período subsequente.

**o) Remuneração Baseada em Ações**

O Banco possui planos de compensação a longo prazo com condições para aquisição. As principais condições para aquisição são: (1) condições de serviço, desde que o participante permaneça empregado durante a vigência; (2) condições de performance, a quantidade de ações a serem entregues a cada participante será determinada de acordo com o resultado da aferição de um parâmetro de performance do Banco; comparação do Retorno Total ao Acionista (RTA) do Conglomerado Santander com o RTA dos principais concorrentes globais do Grupo e (3) condições de mercado, uma vez que alguns parâmetros são condicionados ao valor de mercado das ações do Banco. O Banco mensura o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo.

### Liquidação em Ações

O Banco mensura o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida com as reservas de capital ao longo do período de vigência, como os serviços são recebidos, o Banco considera o tratamento das condições de serviço e reconhece o montante para os serviços recebidos durante o período de vigência, baseado na melhor avaliação da estimativa para a quantidade de instrumentos de patrimônio que se espera conceder.

### Liquidação em Dinheiro

Para pagamentos baseados em ações liquidados em dinheiro (na forma de valorização das ações), o Banco mensura os serviços prestados e o correspondente passivo incorrido ao valor justo. Este procedimento consiste na captura da valorização das ações entre a data de concessão e liquidação. O Banco reavalia o valor justo do passivo ao final de cada período de reporte, quaisquer mudanças neste montante são reconhecidas no resultado do período. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida às provisões em "salários a pagar" em todo o período de vigência, refletindo como os serviços são recebidos, o Banco registra o passivo total que represente a melhor estimativa da quantidade de direito de valorização das ações que serão adquiridas ao final do período de vigência e reconhece o valor dos serviços recebidos durante o período de vigência, baseado na melhor estimativa disponível. Periodicamente, o Banco analisa sua estimativa sobre o número de direitos de valorização de ações que serão adquiridos no final do período de carência.

### Remuneração Variável Referenciada em Ações

Além dos administradores, todos os funcionários em posição de gestão de risco, recebem no mínimo 40% de sua remuneração variável diferida em pelo menos três anos e 50% do total da remuneração variável em ações (SANB11), condicionada à permanência do participante no Grupo durante toda vigência do plano.

O plano está sujeito à aplicação de cláusulas *Malus* e *Clawback*, segundo as quais as parcelas diferidas da remuneração variável podem ser reduzidas, canceladas ou devolvidas nos casos de descumprimento das normas internas e exposição a riscos excessivos.

O valor justo das ações é calculado pela média da cotação final diária das ações nos 15 (quinze) últimos pregões imediatamente anteriores ao primeiro dia útil do mês de outorga.

### p) Captações, Emissões e Outros Passivos

Os instrumentos de captação de recursos são reconhecidos inicialmente ao seu valor justo, considerado basicamente como sendo o preço de transação. São posteriormente mensurados ao custo amortizado (competência) com as despesas inerentes reconhecidas com um custo financeiro (Nota 17). Dentre os critérios de reconhecimento inicial de passivos, cabe menção aqueles instrumentos de natureza composta, os quais são assim classificados, dado a existência de um instrumento de dívida (passivo) e um componente de patrimônio líquido embutido (derivativo).

O registro de instrumento composto consiste na conjugação de (i) um instrumento principal, o qual é reconhecido como um passivo genuíno da entidade (dívida) e (ii) um componente de patrimônio líquido (derivativo de conversibilidade em ações ordinárias).

De acordo com o previsto no COSIF, os instrumentos híbridos de capital e dívida representam obrigações das instituições financeiras emissoras e devem ser registrados em contas específicas do passivo e atualizado de acordo com as taxas pactuadas e ajustadas pelo efeito de variação cambial, quando denominado em moeda estrangeira. Todas as remunerações referentes a esses instrumentos, tais como juros e variação cambial (diferença entre a moeda funcional e a moeda em que o instrumento foi denominado) devem ser contabilizadas como despesas do período, obedecendo ao regime de competência.

Em relação ao componente de patrimônio líquido, ocorre o seu registro no momento inicial em razão do seu valor justo, caso seja diferente de zero.

O detalhamento pertinente à emissão dos instrumentos de natureza composta encontra-se descrito na Nota 17.

### q) Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

O Banco Santander e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de perda, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

As provisões são reavaliadas ao final de cada período de reporte para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser total ou parcialmente revertidas, reduzidas ou podem ainda ser complementadas, quando há mudança de risco em relação as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.

As provisões judiciais e administrativas são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade, e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e nas melhores informações disponíveis. Para os processos onde o risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas (Nota 20.e) e para os processos cujo risco de perda é remoto não é efetuada qualquer divulgação.

Nas ocorrências de decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou quando há garantias reais, caracterizando o ganho como praticamente certo, o ativo contingente é reconhecido, e, diante de êxito provável, estes são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

No caso de trânsito em julgado favoráveis ao Banco Santander, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas.

### r) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

O PIS (0,65%) e a COFINS (4,00%) são calculados sobre as receitas da atividade ou objeto principal da pessoa jurídica. Para as instituições financeiras é permitida a dedução das despesas de captação na determinação da base de cálculo. As despesas de PIS e COFINS são registradas em despesas tributárias. Para empresas não financeiras as alíquotas são de 1,65% para o PIS e 7,6% para a COFINS.

### s) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 15% para as instituições financeiras e pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização e 9% para as demais empresas, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A alíquota da CSLL, para os bancos de qualquer espécie, é de 20% nos termos do artigo 32 da Emenda Constitucional 103/2019.

A alíquota da CSLL para os bancos de qualquer espécie, as instituições financeiras, pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização (pessoas jurídicas do setor financeiro) foi majorada em 1% para o período-base compreendido entre 1 de agosto de 2022 e 31 de dezembro de 2022, nos termos da MP 1.115/2022.

Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e/ou a liquidação do passivo.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 11, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

### t) Juros sobre Capital Próprio

Os Juros sobre Capital Próprio são reconhecidos no passivo a partir do momento que sejam declarados ou propostos, conforme Resolução CMN nº 4.872/20.

### u) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados ao final de cada período, com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo e tal perda deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo, líquido, de despesa de venda e o seu valor em uso.

### v) Participação dos Acionistas Minoritários

A participação dos acionistas não controladores (minoritários) é registrada em conta destacada de patrimônio da entidade controladora nas demonstrações financeiras consolidadas.

### w) Garantias Financeiras Prestadas

Conforme Resolução CMN nº 4.512/2016 as perdas associadas à probabilidade de desembolsos futuros vinculados a garantias financeiras prestadas são avaliadas de acordo com modelos e práticas reconhecidas de gerenciamento do risco de crédito e com base em informações e critérios consistentes, passíveis de verificação. A provisão deve ser suficiente para cobertura das perdas prováveis durante todo o prazo da garantia prestada e são avaliadas periodicamente.

### x) Resultados Recorrentes/Não Recorrentes

Conforme Resolução BCB nº 2/2020, resultado não corrente do exercício é aquele que:

I - não esteja relacionado ao esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e

II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão evidenciados na Nota 32.h

### y) Eventos Subsequentes

Corresponde ao evento ocorrido entre a data-base das demonstrações financeiras e a data na qual foi autorizada a emissão dessas demonstrações e são compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

## 4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	Banco		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
<b>Disponibilidades</b>	<b>14.352.187</b>	<b>16.361.758</b>	<b>19.522.250</b>
<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez</b>	<b>36.415.222</b>	<b>17.935.878</b>	<b>9.668.922</b>
Aplicações no Mercado Aberto	27.344.519	15.055.356	7.348.568
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.241.815	1.655.705	1.131.436
Aplicações em Moedas Estrangeiras	7.828.888	1.224.817	1.188.917
<b>Total</b>	<b>50.767.409</b>	<b>34.297.636</b>	<b>29.191.171</b>

	Consolidado		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
<b>Disponibilidades</b>	<b>14.420.204</b>	<b>16.386.974</b>	<b>19.512.315</b>
<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez</b>	<b>35.517.867</b>	<b>17.263.365</b>	<b>9.487.000</b>
Aplicações no Mercado Aberto	27.344.519	15.055.356	7.306.408
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	344.460	983.192	991.575
Aplicações em Moedas Estrangeiras	7.828.888	1.224.817	1.188.917
<b>Total</b>	<b>49.938.071</b>	<b>33.650.339</b>	<b>28.999.315</b>

As informações relativas a 31 de dezembro de 2020 são demonstradas para informar a composição dos saldos iniciais do Caixa e Equivalentes de Caixa apresentados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

## 5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	Banco			
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2021
<b>Aplicações no Mercado Aberto</b>	<b>57.000.534</b>	-	-	<b>25.883.579</b>
<b>Posição Bancada</b>	<b>2.758.972</b>	-	-	<b>7.066.196</b>
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.889.322	-	-	706.245
Letras do Tesouro Nacional - LTN	149.081	-	-	1.556.526
Notas do Tesouro Nacional - NTN	720.569	-	-	4.803.425
<b>Posição Financiada</b>	<b>32.092.796</b>	-	-	<b>6.638.709</b>
Letras do Tesouro Nacional - LTN	2.372.461	-	-	500.173
Notas do Tesouro Nacional - NTN	7.796.629	-	-	4.644.361
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	21.923.706	-	-	1.494.175
<b>Posição Vendida</b>	<b>22.148.766</b>	-	-	<b>12.178.674</b>
Letras do Tesouro Nacional - LTN	9.646.253	-	-	2.772.317
Notas do Tesouro Nacional - NTN	12.502.513	-	-	8.792.071
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	614.286
<b>Aplicações em Depósitos Interfinanceiros</b>	<b>2.645.467</b>	<b>31.339.759</b>	<b>13.847.137</b>	<b>91.952.361</b>
<b>Aplicações em Moeda Estrangeira</b>	<b>7.828.888</b>	-	-	<b>1.224.817</b>
<b>Total</b>	<b>67.474.889</b>	<b>31.339.759</b>	<b>13.847.137</b>	<b>119.060.757</b>

	Consolidado			
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2021
<b>Aplicações no Mercado Aberto</b>	<b>56.983.136</b>	<b>60.596</b>	-	<b>25.912.368</b>
<b>Posição Bancada</b>	<b>2.741.574</b>	<b>60.596</b>	-	<b>7.094.986</b>
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.889.322	-	-	706.245
Letras do Tesouro Nacional - LTN	161.981	-	-	1.585.316
Notas do Tesouro Nacional - NTN	690.271	-	-	4.803.425
<b>Posição Financiada</b>	<b>32.092.796</b>	-	-	<b>6.638.709</b>
Letras do Tesouro Nacional - LTN	2.372.461	-	-	500.173
Notas do Tesouro Nacional - NTN	7.796.629	-	-	4.644.361
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	21.923.706	-	-	1.494.175
<b>Posição Vendida</b>	<b>22.148.766</b>	-	-	<b>12.178.674</b>
Letras do Tesouro Nacional - LTN	9.646.253	-	-	2.772.317
Notas do Tesouro Nacional - NTN	12.502.513	-	-	8.792.071
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	614.285
<b>Aplicações em Depósitos Interfinanceiros</b>	<b>749.444</b>	<b>2.323.976</b>	<b>1.731.211</b>	<b>6.492.133</b>
<b>Aplicações em Moeda Estrangeira</b>	<b>7.828.888</b>	-	-	<b>1.224.817</b>
<b>Total</b>	<b>65.561.468</b>	<b>2.384.572</b>	<b>1.731.211</b>	<b>33.629.318</b>

## 6. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

### a) Títulos e Valores Mobiliários

#### I) Resumo da Carteira por Categorias

	Banco				Consolidado			
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>Títulos para Negociação</b>	<b>Ajuste ao Valor de Mercado</b>				<b>Ajuste ao Valor de Mercado</b>			
	<b>Valor do Custo Amortizado</b>	<b>Resultado</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>Valor Contábil</b>	<b>Valor do Custo Amortizado</b>	<b>Resultado</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>Valor Contábil</b>
Títulos Públicos	56.613.580	(349.161)	-	56.264.419	43.030.702	66.076.432	310.913	66.387.345
Títulos Privados	52.316.756	(242.010)	-	52.074.746	41.914.956	60.187.489	418.064	60.605.553
<b>Títulos Disponíveis para Venda</b>	<b>4.296.824</b>	<b>(107.151)</b>	<b>-</b>	<b>4.189.673</b>	<b>1.115.746</b>	<b>5.888.943</b>	<b>(107.151)</b>	<b>5.781.792</b>
<b>Títulos Mantidos até o Vencimento</b>	<b>25.754.717</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>25.754.717</b>	<b>15.279.130</b>	<b>25.754.717</b>	<b>-</b>	<b>25.754.717</b>
Títulos Públicos	25.613.581	-	-	25.613.581	13.871.974	25.613.581	-	25.613.581
Títulos Privados	141.136	-	-	141.136	1.407.156	141.136	-	141.136
<b>Total de Títulos e Valores Mobiliários</b>	<b>186.049.157</b>	<b>(349.161)</b>	<b>206.961</b>	<b>185.906.957</b>	<b>208.187.175</b>	<b>206.557.076</b>	<b>310.913</b>	<b>(624.387)</b>

#### II) Títulos para Negociação

	Banco				Consolidado				
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	
<b>Títulos para Negociação</b>	<b>Ajuste ao Valor de Mercado</b>				<b>Ajuste ao Valor de Mercado</b>				
	<b>Valor do Custo Amortizado</b>	<b>Resultado</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>Valor Contábil</b>	<b>Sem Vencimento</b>	<b>Até 3 Meses</b>	<b>De 3 a 12 Meses</b>	<b>De 1 a 3 Anos</b>	<b>Acima de 3 Anos</b>
Títulos Públicos	52.316.756	(242.010)	-	52.074.746	-	9.655.677	5.620.745	8.096.283	28.702.041
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.950.887	804	1.951.691	3.341.790	-	293.987	345.464	223.541	1.088.719
Notas do Tesouro Nacional - NTN	38.460.510	(306.329)	38.154.181	37.847.852	-	4.947.948	5.039.651	4.498.513	23.668.069
Letras do Tesouro Nacional - LTN	11.844.602	64.753	11.909.355	24.340.120	-	4.370.432	229.930	3.365.983	3.943.010
Títulos da Dívida Agrária - TDA	19.555	(251)	19.304	23.972	-	3.525	5.700	8.243	1.836
Letras da Dívida Externa Brasileira	392	18	410	1.673.785	-	-	-	3	407
Títulos da Dívida Externa Norte Americana	40.810	(1.005)	39.805	-	-	39.805	-	-	39.805
Debêntures	-	-	-	3.891	-	-	-	-	-
<b>Títulos Privados</b>	<b>4.296.824</b>	<b>(107.151)</b>	<b>4.189.673</b>	<b>1.115.746</b>	<b>705.541</b>	<b>202.289</b>	<b>7.492</b>	<b>45.407</b>	<b>3.228.944</b>
Ações	33.276	(7.694)	25.582	13.692	25.582	-	-	-	25.582
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	931.393	(20.982)	910.411	11.502	-	-	2.800	15.750	891.861
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	906.696	(15.381)	891.315	57.603	-	-	3.437	1.442	886.436
Cotas de Fundos de Investimento	664.949	15.010	679.959	400.331					



...Continuação



# BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Abaixo, composição da carteira de Derivativos de Crédito demonstrada pelo seu valor referencial e efeito no cálculo do Patrimônio Líquido Exigido (PLE).

	31/12/2022		31/12/2021	
	Risco Retido - Swap de Taxa de Retorno Total	Risco Transferido - Swap de Crédito	Risco Retido - Swap de Taxa de Retorno Total	Risco Transferido - Swap de Crédito
Swap de Créditos	3.725.358	-	3.984.392	-
<b>Total</b>	<b>3.725.358</b>	<b>-</b>	<b>3.984.392</b>	<b>-</b>

	31/12/2022		31/12/2021	
	Acima de 12 Meses	Total	Acima de 12 Meses	Total
<b>Por Instrumento:</b> CDS	3.725.358	3.725.358	3.984.392	3.984.392
<b>Por Classificação de Risco:</b> Abaixo do Grau de Investimento	3.725.358	3.725.358	3.984.392	3.984.392
<b>Por Entidade de Referência:</b> Governo Brasileiro	3.725.358	3.725.358	3.984.392	3.984.392

**VI) Instrumentos Financeiros Derivativos - Margens Dadas em Garantia**  
A margem dada em garantia de operações negociadas na B3 com instrumentos financeiros derivativos próprios e de terceiros é composta por títulos públicos federais.

	Banco		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	13.623.247	28.481.618	18.269.122	31.305.549
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.694.357	1.015.470	3.291.246	3.751.223
Notas do Tesouro Nacional - NTN	7.900.510	4.551.507	10.904.676	7.725.538
<b>Total</b>	<b>23.218.114</b>	<b>34.048.594</b>	<b>32.465.044</b>	<b>42.782.310</b>

### 7. Relações Interfinanceiras

O saldo da rubrica relações interfinanceiras é composto por créditos vinculados representados, principalmente, por depósitos efetuados no Bacen para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos à vista, depósitos de poupança e depósitos a prazo e por pagamentos e recebimentos a liquidar, representados por cheques e outros papéis remetidos ao serviço de compensação e transações de pagamento (posição ativa e passiva).

### 8. Carteira de Créditos e Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

#### a) Carteira de Créditos

	Banco		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>Operações de Crédito</b>	<b>343.372.638</b>	<b>317.359.419</b>	<b>411.414.378</b>	<b>383.479.674</b>
Empréstimos e Títulos Descontados	219.131.829	209.544.801	222.068.396	211.026.403
Financiamentos	50.362.934	39.635.795	115.468.107	104.274.438
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	15.608.384	13.409.499	15.608.384	13.409.499
Financiamentos Imobiliários	58.269.491	54.769.334	58.269.491	54.769.334
<b>Operações de Arrendamento Mercantil</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.920.719</b>	<b>2.695.952</b>
<b>Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (1)</b>	<b>6.019.522</b>	<b>6.380.642</b>	<b>6.019.522</b>	<b>6.380.642</b>
<b>Outros Créditos (2)</b>	<b>66.001.113</b>	<b>66.841.237</b>	<b>69.398.431</b>	<b>70.101.593</b>
Créditos por Avais e Fianças Honoradas (Nota 10.a.)	366.567	169.942	587.156	471.385
Rendas a Receber de Adiantamento Concedido e Importações Financiadas (Nota 9)	125.214	131.244	125.214	131.244
Outros Créditos Diversos	65.509.332	66.540.051	68.686.061	69.498.964
<b>Total</b>	<b>415.393.273</b>	<b>390.581.298</b>	<b>489.753.500</b>	<b>462.657.861</b>

(1) Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão classificados como redução de outras obrigações.

(2) Devedores por compra de valores e bens e títulos e créditos a receber (Nota 12).

#### Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros

De acordo com a Resolução CMN nº 3.533/2008 e alterações posteriores, as operações de cessão de crédito com retenção substancial dos riscos e benefícios, passaram a partir de 1 de janeiro de 2012 a permanecer registradas na carteira de crédito. Para as operações de cessão de crédito realizadas até 31 de dezembro de 2011, independente da retenção ou transferência substancial de riscos e benefícios, os ativos financeiros eram baixados do registro da operação original e o resultado apurado na cessão apropriada ao resultado do período.

#### d) Carteira de Créditos e da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco

Nível de Risco	%Provisão Mínima Requerida	Carteira de Créditos				31/12/2022			31/12/2021				
		Curso Normal	Curso Anormal (1)	Total (2)	Requerida	Adicional (2)	Total	Curso Normal	Curso Anormal (1)	Total (2)	Requerida	Adicional (2)	Total
AA	0,0%	182.891.334	-	182.891.334	-	-	180.139.073	-	-	180.139.073	-	-	-
A	0,5%	111.655.015	-	111.655.015	558.275	6	558.281	104.992.054	-	104.992.054	524.960	2	524.962
B	1,0%	33.944.746	2.713.488	36.658.234	366.578	209	366.791	35.871.587	2.253.434	38.125.021	167	381.417	
C	3,0%	28.690.898	2.437.240	31.128.138	933.844	1.831	935.675	29.029.189	2.798.938	31.828.127	1.899	956.743	
D	10,0%	13.414.768	3.870.370	17.085.138	1.708.514	104.986	1.813.500	10.439.757	3.063.622	13.503.379	2.206.475	3.556.813	
E	30,0%	7.184.838	3.145.705	10.330.543	3.099.163	119.771	3.218.934	2.346.953	4.647.962	1.394.389	757.194	2.151.583	
F	50,0%	2.633.480	2.645.496	5.278.976	2.639.488	862.240	3.501.728	1.828.300	3.660.087	1.830.043	582.385	2.412.428	
G	70,0%	2.721.163	2.546.902	5.268.065	3.687.645	1.202.336	4.889.981	1.865.631	1.570.929	3.456.560	643.556	3.049.146	
H	100,0%	4.663.505	10.368.118	15.031.623	15.031.623	-	15.031.623	3.375.689	6.940.787	10.340.476	10.340.475	-	
<b>Total</b>		<b>387.799.747</b>	<b>27.527.319</b>	<b>415.327.066</b>	<b>28.025.134</b>	<b>2.291.379</b>	<b>30.316.513</b>	<b>369.888.233</b>	<b>20.784.506</b>	<b>390.672.739</b>	<b>19.181.889</b>	<b>4.191.678</b>	<b>23.373.567</b>
<b>Circulante</b>							<b>9.003.810</b>						<b>6.208.228</b>
<b>Não Circulante</b>							<b>21.312.703</b>						<b>17.165.339</b>

Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	Carteira de Créditos				31/12/2022			31/12/2021				
		Curso Normal	Curso Anormal (1)	Total (2)	Requerida	Adicional (2)	Total	Curso Normal	Curso Anormal (1)	Total (2)	Requerida	Adicional (2)	Total
AA	0,0%	200.385.215	-	200.385.215	-	-	-	199.635.521	-	199.635.521	-	-	-
A	0,5%	148.370.146	3.081	148.373.227	741.866	6	741.872	138.688.667	2.090	138.690.757	693.454	-	693.454
B	1,0%	41.821.551	4.552.974	46.374.525	463.745	209	463.954	44.189.990	3.890.801	48.080.791	480.808	167	480.975
C	3,0%	30.787.777	4.154.955	34.942.732	1.048.282	1.831	1.050.113	31.313.221	4.196.290	35.509.511	1.065.285	1.899	1.067.184
D	10,0%	14.209.145	4.683.498	18.892.643	1.889.264	104.991	1.994.255	11.009.408	3.847.376	14.856.784	1.485.678	2.245.960	3.731.638
E	30,0%	7.385.922	3.857.417	11.243.339	3.373.002	119.771	3.492.773	2.633.675	2.896.095	5.529.770	1.658.931	887.864	2.546.795
F	50,0%	2.920.740	3.244.118	6.164.858	3.082.429	862.240	3.944.669	1.936.705	2.275.793	4.212.498	2.106.249	690.146	2.796.397
G	70,0%	2.807.941	3.015.922	5.823.863	4.076.704	1.202.336	5.279.040	2.031.334	1.916.832	3.948.166	2.763.716	765.637	3.529.353
H	100,0%	5.021.018	12.465.423	17.486.441	17.486.441	-	17.486.441	3.690.054	8.595.444	12.285.498	12.285.498	-	12.285.498
<b>Total</b>		<b>453.709.455</b>	<b>35.977.388</b>	<b>489.686.843</b>	<b>32.161.733</b>	<b>2.291.384</b>	<b>34.453.117</b>	<b>435.128.575</b>	<b>27.620.721</b>	<b>462.749.296</b>	<b>22.539.619</b>	<b>4.591.675</b>	<b>27.131.294</b>
<b>Circulante</b>							<b>10.656.597</b>						<b>7.706.994</b>
<b>Não Circulante</b>							<b>23.796.520</b>						<b>19.424.300</b>

(1) Inclui parcelas vincendas e vencidas.

(2) A provisão adicional é constituída com base principalmente na expectativa de realização da carteira de crédito, em adição ao mínimo requerido pela regulamentação vigente.

(3) No Banco e no Consolidado o total da carteira de créditos inclui o valor de R\$ 66.207 - (31/12/2021 - R\$91.435), referente ao ajuste a valor de mercado das operações de crédito que são objeto de proteção, registrados de acordo com o artigo 5 da Carta Circular 3.624 do Bacen de 26 de dezembro de 2013 e que não estão contempladas na nota dos níveis de riscos.

### Programa Emergencial de Suporte a Empregos (PESE)

Conforme a Resolução CMN nº 4.846/20, demonstramos a seguir, as operações relacionadas ao Programa Emergencial de Suporte a Empregos (PESE), classificadas por nível de risco e juntamente com o montante da provisão constituída para cada nível de risco:

Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	Banco/Consolidado				31/12/2022			31/12/2021		
		Requerida	Ativo	Requerida (1)	Ativo	Requerida (1)	Ativo	Requerida (1)	Ativo	Requerida (1)	
AA	0,0%	5.990	-	9.132	-	-	-	-	-	-	
A	0,5%	152.344	114	401.095	301	-	-	-	-	-	
B	1,0%	62.462	94	276.818	415	-	-	-	-	-	
C	3,0%	91.149	410	285.783	1.286	-	-	-	-	-	
D	10,0%	82.236	1.234	165.099	2.476	-	-	-	-	-	
E	30,0%	7.974	359	15.153	682	-	-	-	-	-	
F	50,0%	4.398	330	19.682	1.476	-	-	-	-	-	
G	70,0%	4.212	442	15.714	1.650	-	-	-	-	-	
H	100,0%	285.143	8.487	120.077	18.011	-	-	-	-	-	
<b>Total</b>		<b>695.908</b>	<b>11.470</b>	<b>1.308.553</b>	<b>26.297</b>						

(1) Saldo de provisão constituída sobre a parcela do crédito cujo risco é do Banco Santander (Brasil) S.A.

#### e) Movimentação da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
<b>Saldo Inicial</b>	<b>23.373.567</b>	<b>21.835.445</b>	<b>27.131.294</b>	<b>25.067.489</b>
Constituições Líquidas das Reversões	20.819.824	12.580.038	24.805.825	15.356.108
Baixas	(13.876.878)	(11.041.916)	(17.484.002)	(13.292.303)
<b>Saldo Final</b>	<b>30.316.513</b>	<b>23.373.567</b>	<b>34.453.117</b>	<b>27.131.294</b>
<b>Créditos Recuperados</b>	<b>2.382.789</b>	<b>3.005.852</b>	<b>3.010.301</b>	<b>3.422.116</b>

#### f) Créditos Renegociados

	Banco		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Créditos Renegociados	32.020.885	20.005.822	36.922.114	23.634.268
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(16.382.264)	(10.100.946)	(18.050.001)	(11.120.588)
Percentual de Cobertura sobre a Carteira de Renegociação	51,2%	50,5%	48,9%	47,1%

#### g) Concentração de Crédito

Carteira de Crédito com Avais e Fianças (1), Títulos e Valores Mobiliários (2) e Instrumentos Financeiros Derivativos (3)	31/12/2022		31/12/2021	
	Risco	%	Risco	%
Maior Devedor	7.664.790	1,2%	6.767.732	1,4%
10 Maiores	45.301.948	7,1%	40.864.829	7,5%
20 Maiores	67.455.138	10,6%	60.535.018	11,2%
50 Maiores	106.339.412	16,7%	93.411.357	17,6%
100 Maiores	140.646.054	22,1%	124.364.929	23,1%

(1) Inclui as parcelas de crédito a liberar para construtoras/incorporadoras.

(2) Refere-se à posição de debêntures, notas promissórias e certificados de recebíveis imobiliários - CRI.

(3) Refere-se ao risco de crédito de derivativos.

### 9. Carteira de Câmbio

	Carteira de Câmbio		Banco/Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>Ativo</b>				
Direitos sobre Venda de Câmbio	59.206.385	25.885.822	-	-
Câmbio Comprado a Liquidar	37.956.916	38.311.762	-	-
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos	(428.83			

...Continuação



# BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

### b.2) Expectativa de Realização dos Ativos Fiscais Diferidos

Ano	Diferenças Temporárias			Prejuízos Fiscais - Base Negativa		Banco Registrados	
	IRPJ	CSLL	PIS/COFINS			31/12/2022	Total
2023	5.811.374	4.681.220	74.048	17.886	10.584.528		
2024	4.940.114	3.972.781	74.048	8.292	8.995.235		
2025	4.861.857	3.910.174	74.048	820.055	9.666.134		
2026	681.915	545.521	74.048	-	1.301.484		
2027	318.143	254.503	74.048	-	646.694		
2028 a 2032	312.153	249.723	-	4.441.790	5.003.666		
<b>Total</b>	<b>16.925.556</b>	<b>13.613.922</b>	<b>370.240</b>	<b>5.288.023</b>	<b>36.197.741</b>		

Ano	Diferenças Temporárias			Prejuízos Fiscais - Base Negativa		Banco Registrados	
	IRPJ	CSLL	PIS/COFINS			31/12/2022	Total
2023	7.116.152	5.463.476	95.292	94.081	12.769.001		
2024	5.647.568	4.393.571	95.292	110.376	10.246.807		
2025	5.517.241	4.302.457	95.292	850.688	10.765.678		
2026	871.107	649.861	95.163	5.097	1.621.228		
2027	554.979	336.868	95.163	4.029	991.039		
2028 a 2032	324.344	258.983	-	4.456.766	5.040.093		
<b>Total</b>	<b>20.031.391</b>	<b>15.405.216</b>	<b>476.202</b>	<b>5.521.037</b>	<b>41.433.846</b>		

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos ativos fiscais diferidos considera as legislações tributárias vigentes em cada período e não deve ser tomada como indicativo do valor dos resultados futuros. Com base na Resolução CMN 4.818/2020 e a Resolução BCB nº 2/2020, os Ativos Fiscais Diferidos devem ser apresentados integralmente no longo prazo, para fins de balanço.

### b.3) Valor Presente dos Ativos Fiscais Diferidos

O valor presente dos ativos fiscais diferidos registrados é de R\$30.133.710 (31/12/2021 - R\$31.575.967) no Banco e R\$34.736.464 (31/12/2021 - R\$36.110.693) no Consolidado, calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízo fiscal, bases negativas de CSLL e a taxa média de captação, projetada para os períodos correspondentes.

### c) Passivos Fiscais Correntes e Diferidos

Ano	Banco			Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Passivos Fiscais Diferidos	3.332.472	2.030.169	4.882.782	2.708.477	
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	276.153	174.588	1.400.466	1.339.495	
Impostos e Contribuições a Pagar	708.051	765.882	1.039.278	1.034.873	
<b>Total</b>	<b>4.316.676</b>	<b>2.970.639</b>	<b>7.322.526</b>	<b>5.082.845</b>	
<b>Circulante</b>	<b>944.975</b>	<b>940.470</b>	<b>2.399.755</b>	<b>2.374.368</b>	
<b>Não Circulante</b>	<b>3.371.701</b>	<b>2.030.169</b>	<b>4.922.771</b>	<b>2.708.477</b>	

### c.1) Natureza e Origem dos Passivos Fiscais Diferidos

Origens	Banco		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2022
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	5.032.922	638.141	155.353	10.618.581
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e Hedges de Fluxo de Caixa <sup>(1)</sup>	1.731.899	7.259.029	1.767.194	287.868
Superveniência de Arrendamento Mercantil	21.335	21.438	5.360	-
Outros	237.053	227.660	102.262	4.227
<b>Total</b>	<b>7.023.209</b>	<b>8.146.268</b>	<b>2.030.169</b>	<b>10.910.676</b>

Origens	Banco		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2022
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	7.119.023	1.630.907	383.698	11.268.359
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e Hedges de Fluxo de Caixa <sup>(1)</sup>	2.335.569	7.646.179	1.798.454	601.161
Superveniência de Arrendamento Mercantil	1.610.971	1.343.391	335.784	104.534
Outros	503.855	478.538	200.541	20.271
<b>Total</b>	<b>11.569.218</b>	<b>11.097.015</b>	<b>2.708.477</b>	<b>11.994.325</b>

<sup>(1)</sup> Inclui IRPJ, CSLL, PIS e COFINS.

### c.2) Expectativa de Exigibilidade dos Passivos Fiscais Diferidos

Ano	Diferenças Temporárias			Prejuízos Fiscais - Base Negativa		Banco Registrados	
	IRPJ	CSLL	PIS/COFINS			31/12/2022	Total
2023	330.603	263.041	62.913	62.913	656.557		
2024	330.603	263.041	62.913	62.913	656.557		
2025	330.603	263.041	62.913	62.913	656.557		
2026	328.825	263.041	62.913	62.913	654.779		
2027	328.825	263.041	62.913	62.913	654.779		
2028 a 2032	29.631	23.612	-	-	53.243		
<b>Total</b>	<b>1.679.090</b>	<b>1.338.817</b>	<b>314.565</b>	<b>314.565</b>	<b>3.332.472</b>		

Ano	Diferenças Temporárias			Prejuízos Fiscais - Base Negativa		Banco Registrados	
	IRPJ	CSLL	PIS/COFINS			31/12/2022	Total
2023	660.753	334.146	85.107	85.107	1.080.006		
2024	673.104	338.593	85.107	85.107	1.096.804		
2025	492.979	334.146	85.107	85.107	912.232		
2026	464.042	318.435	83.309	83.309	865.786		
2027	464.042	318.435	83.309	83.309	865.786		
2028 a 2032	36.039	26.129	-	-	62.168		
<b>Total</b>	<b>2.790.959</b>	<b>1.669.884</b>	<b>421.939</b>	<b>421.939</b>	<b>4.882.782</b>		

### d) Imposto de Renda e Contribuição Social

Ano	Banco			Consolidado	
	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021	
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	12.888.608	21.216.882	17.297.797	23.671.563	
Participações no Lucro <sup>(1)</sup>	(1.938.115)	(1.860.596)	(2.222.015)	(2.059.673)	
Resultado não Realizado	-	-	(176)	(142)	
<b>Resultado antes dos Impostos</b>	<b>10.950.493</b>	<b>19.356.286</b>	<b>15.075.606</b>	<b>21.611.748</b>	
<b>Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 20%, Respectivamente <sup>(2)</sup></b>	<b>(4.927.722)</b>	<b>(9.678.143)</b>	<b>(6.825.273)</b>	<b>(10.805.874)</b>	

Ano	Diferenças Temporárias			Prejuízos Fiscais - Base Negativa		Banco Registrados	
	IRPJ	CSLL	PIS/COFINS			31/12/2022	Total
2023	691.037	264.650	302.404	302.404	264.191		
2024	691.037	264.650	302.404	302.404	264.191		
2025	691.037	264.650	302.404	302.404	264.191		
2026	691.037	264.650	302.404	302.404	264.191		
2027	691.037	264.650	302.404	302.404	264.191		
2028 a 2032	691.037	264.650	302.404	302.404	264.191		
<b>Total</b>	<b>3.536.857</b>	<b>3.371.632</b>	<b>5.012.122</b>	<b>5.012.122</b>	<b>4.531.027</b>		

<sup>(1)</sup> A base de cálculo é o lucro líquido, após o IR e CSLL.  
<sup>(2)</sup> No resultado de participações em coligadas e controladas não estão incluídos os juros sobre o capital próprio recebidos e a receber.  
<sup>(3)</sup> Em 2021, a Lei nº 14.183/2021 majorou a alíquota das empresas financeiras de 15% para 20% e dos Bancos de 20% para 25% de julho a dezembro de 2021. Em 2022, a CSLL foi majorada de 15% para 16% para empresas financeiras e de 20% para 21% de agosto a dezembro de 2022, de acordo com a Lei 14.466/22. No Consolidado consideramos as diferenças de alíquotas de CSLL de 9% (empresas não financeiras), 16% (empresas Financeiras) e 21% (Bancos). Além dos eventos recorrentes demonstrados nessa linha, também foram reconhecidos os valores relativos do julgamento do Tema 962 pelo Supremo Tribunal Federal (STF) a não incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores atinentes à taxa Selic de repetição de indébito tributário.  
**Hedge Cambial da Agência Grand Cayman, da Agência de Luxemburgo**  
 O Banco Santander opera agências nas Ilhas Cayman e em Luxemburgo, que são usadas principalmente para a captação de recursos nos mercados de capital e financeiro internacionais, para o fornecimento ao Banco de linhas de crédito que são estendidas aos seus clientes para financiamentos ao comércio exterior e capital de giro.  
 Para cobrir a exposição a variações cambiais, o Banco utiliza derivativos e captações. De acordo com as regras fiscais brasileiras, os ganhos ou perdas decorrentes do impacto da valorização ou desvalorização do Real sobre os investimentos estrangeiros não eram tributáveis, mas a partir de janeiro de 2021 passaram a ser tributáveis ou dedutíveis para fins de IR/CSLL, enquanto que os ganhos ou perdas dos derivativos utilizados como cobertura são tributáveis ou dedutíveis. O objetivo desses derivativos é o de proteger o resultado líquido após impostos.  
 A Lei 14.031, de 28 de julho de 2020, determinou que a partir de janeiro de 2021, 50% da variação cambial dos investimentos no exterior deverá ser computada na determinação do lucro real e na base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) da pessoa jurídica investidora domiciliada no País. A partir de 2022, a variação cambial foi integralmente computada nas bases tributáveis do IRPJ e CSLL.  
 O tratamento fiscal ainda distinto para os tributos PIS e COFINS, de tais diferenças cambiais, resulta em volatilidade no Resultado Operacional antes da Tributação e na rubrica de "Impostos de renda e contribuição social". A seguir constam os efeitos das operações efetuadas, bem como o efeito total do Hedge cambial para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

Em Reais Milhões	Banco		Consolidado	
	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
<b>Resultado da Intermediação Financeira</b>				
Resultado gerado em decorrência das variações cambiais sobre investimento do Banco na Agência de Cayman, Luxemburgo		(2.644)		3.862
Resultado gerado em decorrência dos contratos de derivativos utilizados como hedge cambial		2.773		(6.374)
<b>Despesas Tributárias</b>				
Efeito fiscal dos contratos de derivativos utilizados como hedge cambial - PIS/COFINS		(129)		275
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>				
Efeito fiscal dos contratos de derivativos utilizados como hedge cambial - IR/CS		-		2.237

### e) Despesas Tributárias

Ano	Banco			Consolidado	
	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021	
Despesa com Cofins	621.822	639.152	812.849	825.008	
Despesa com ISS	352.849	341.551	546.830	488.354	
Despesa com PIS	390.810	289.077	554.202	349.781	
<b>Total</b>	<b>3.536.857</b>	<b>3.371.632</b>	<b>5.012.122</b>	<b>4.531.027</b>	

### 12. Outros Ativos

Ano	Banco		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Títulos e Créditos a Receber	38.799.284	38.697.565	38.799.284	38.697.565
Cartões de Crédito	26.052.723	27.228.813	31.761.056	31.770.716
Direitos Creditórios <sup>(1)</sup>				
Devedores por Depósitos em Garantia	5.416.291	5.481.136	7.284.567	7.258.166
Para Interposição de Recursos Fiscais	1.643.491	1.648.343	1.760.965	1.752.187
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	723.830	1.096.701	903.062	1.286.274
Outros - Cíveis	496	496	496	496
Garantias Contratuais de Ex-Controladores (Nota 20.1)	133.949	178.077	149.153	192.562
Pagamentos a Recessar	87.632	199.212	1.909.304	856.579
Adiantamentos Salariais/Outros	235.377	231.100	292.770	287.809
Plano de Benefícios a Funcionários (Nota 29.a)	525.978	551.756	646.886	602.780
Devedores por Compra de Valores e Bens	29.862	38.827	256.384	242.217
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	2.934.909	3.077.494	2.608.540	3.101.771
Rendas a Receber	1.774.655	1.361.411	1.990.836	1.552.099
Outros Valores e Bens	5.435.171	2.081.481	7.382.926	2.755.980
<b>Total</b>	<b>83.793.648</b>	<b>81.872.412</b>	<b>95.746.229</b>	<b>90.366.201</b>
<b>Circulante</b>	<b>69.993.173</b>	<b>67.383.339</b>	<b>79.362.666</b>	<b>73.005.988</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>13.800.475</b>	<b>14.489.073</b>	<b>16.383.563</b>	<b>17.360.213</b>

<sup>(1)</sup> Consiste em operações com características de cessão de crédito, substancialmente, compostas por operações de "Confirming" com pessoas jurídicas sujeitas ao risco de crédito e análise de perdas esperadas associadas ao risco de crédito por segmento, de acordo com as políticas de risco do Banco.  
<sup>(2)</sup> Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, incluído, principalmente, saldos em aberto dos Fundos de Direito Creditórios (FIDC) estes relacionados na nota explicativa Escopo de Consolidação (nota 14).

### 13. Informações das Dependências e da Subsidiária no Exterior

#### Dependências:

**Agência Grand Cayman (Agência de Cayman)**  
 A Agência Grand Cayman é licenciada pela Lei de Bancos e Companhias Fiduciárias e está devidamente registrada como uma Companhia Estrangeira junto ao Oficial de Registro de Sociedades em Grand Cayman, nas Ilhas Cayman. A agência, portanto, está devidamente autorizada a executar negócios bancários nas Ilhas Cayman, estando atualmente envolvida nos negócios de captação de recursos no mercado bancário e de capitais internacional para prover linhas de crédito para o Banco Santander, que são então estendidas aos clientes do Banco Santander para financiamentos de capital de giro e comércio exterior. Ela também recebe depósitos em moeda estrangeira de clientes corporativos e pessoas físicas e concede crédito a clientes brasileiros e estrangeiros, fundamentalmente para apoiar operações comerciais com o Brasil.

#### Agência de Luxemburgo

Em 9 de junho de 2017, o Banco Santander obteve autorização do Bacen para instalação de uma agência em Luxemburgo, com capital destacado de US\$1 bilhão, com o objetivo de complementar a estratégia de comércio exterior para clientes pessoa jurídica (grandes empresas brasileiras e suas operações no exterior) e oferecer produtos e serviços financeiros por meio de uma entidade offshore que não esteja estabelecida em uma jurisdição com tributação favorecida e que possibilite a ampliação da capacidade de captação. A abertura da agência foi autorizada pelo Ministro das Finanças de Luxemburgo, em 5 de março de 2018. Em 3 de abril de 2018, após a redução do capital da Agência de Cayman no valor equivalente, foi alocado o valor de US\$1 bilhão ao capital social destacado da agência de Luxemburgo.

#### Subsidiária:

As posições financeiras resumidas das dependências e subsidiária no exterior, convertidas à taxa de câmbio vigente na data do balanço incluídas nas demonstrações financeiras compreendem as seguintes posições (sem eliminação das transações com ligadas):

Resultado do Período	Agência Grand Cayman <sup>(1)</sup>			Agência de Luxemburgo <sup>(1)</sup>		
	01/					

...Continuação



# BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Consolidado					
	Patrimônio Líquido		Lucro (Prejuízo)		Resultado da Equivalência	
	Ajustado	Líquido	Investimentos	Residual	Patrimonial	01/01 a
	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>Controladas em Conjunto Direta e Indiretamente pelo Banco Santander</b>						
TecBan	954.772	60.800	181.216	169.676	11.540	45.752
Gestora de Crédito	307.950	(66.823)	61.590	13.522	(13.365)	(14.419)
Webmotors S.A.	309.516	74.407	216.662	189.317	52.085	45.816
EBP	6.710	390	745	1.258	43	(15)
Solution 4Fleet	-	-	-	11.603	-	(2.142)
Santander Auto	61.556	25.088	30.778	21.262	12.544	6.115
Hyundai Corretora de Seguros Ltda.	2.508	(12)	1.254	1.260	(6)	216
PSA Corretora	1.081	2.041	540	540	1.021	48
CIP S.A.	2.280.028	283.194	407.441	-	50.607	-
CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A.	212.814	2.482	42.563	-	496	-
Outras	-	-	-	255	-	(11.975)
<b>Total</b>	<b>4.136.935</b>	<b>381.567</b>	<b>942.789</b>	<b>408.693</b>	<b>114.965</b>	<b>69.396</b>

<sup>(1)</sup> Cindida totalmente tendo seu patrimônio absorvido por ambas suas controladas diretas, Return Capital S.A. ("Return") e Liderança Serviços Especializados em Cobrança Ltda. ("Liderança"), vide nota explicativa nº 31.

### 15. Imobilizado de Uso

	Banco					
	Custo		Depreciação		Residual	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>Imóveis de Uso</b>						
Terenos	2.425.172	(951.895)	1.473.277	1.546.882	629.139	640.772
Edifícios	1.796.034	(951.895)	844.139	906.110	629.139	640.772
<b>Outras Imobilizações de Uso</b>	<b>13.604.298</b>	<b>(9.365.300)</b>	<b>4.238.998</b>	<b>4.519.804</b>	5.747.634	(3.848.098)
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	5.747.634	(3.848.098)	1.899.536	1.982.893	2.537.400	(1.703.794)
Sistemas de Processamento de Dados	4.330.347	(3.187.311)	1.143.036	1.271.430	919.358	(600.926)
Beneficentários em Imóveis de Terceiros	919.358	(600.926)	318.432	282.965	69.559	(25.171)
Sistemas de Segurança e Comunicações	69.559	(25.171)	44.388	55.149	-	-
<b>Total</b>	<b>16.029.470</b>	<b>(10.317.195)</b>	<b>5.712.275</b>	<b>6.066.686</b>	-	-

### 16. Intangível

	Banco					
	Custo		Depreciação		Residual	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>Imóveis de Uso</b>						
Terenos	2.711.940	(1.023.637)	1.688.303	1.774.302	698.906	712.200
Edifícios	698.906	-	698.906	712.200	2.013.034	(1.023.637)
<b>Outras Imobilizações de Uso</b>	<b>13.923.997</b>	<b>(9.497.247)</b>	<b>4.426.750</b>	<b>4.610.046</b>	5.824.735	(3.990.750)
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	5.824.735	(3.990.750)	1.943.985	1.983.785	2.635.567	(1.718.489)
Sistemas de Processamento de Dados	4.450.016	(3.268.340)	1.181.676	1.316.232	923.401	(604.374)
Beneficentários em Imóveis de Terceiros	923.401	(604.374)	319.027	283.684	90.278	(25.294)
Sistemas de Segurança e Comunicações	90.278	(25.294)	64.984	75.342	-	-
<b>Total</b>	<b>16.635.937</b>	<b>(10.520.884)</b>	<b>6.115.053</b>	<b>6.384.348</b>	-	-

### Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas

	Banco					
	Custo		Amortização		Líquido	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>Outros Ativos Intangíveis</b>						
Aquisição e Desenvolvimento de Logiciais	27.220.515	(26.717.730)	502.785	702.497	12.311.516	(6.499.159)
Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento	7.856.265	(4.513.702)	3.342.563	2.711.778	4.281.871	(1.853.385)
Outros	1.281.871	(1.853.385)	2.428.486	1.792.934	173.380	(132.072)
<b>Total</b>	<b>39.532.031</b>	<b>(33.216.889)</b>	<b>6.315.142</b>	<b>5.271.438</b>	-	-

### Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas

	Banco					
	Custo		Amortização		Líquido	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>Outros Ativos Intangíveis</b>						
Aquisição e Desenvolvimento de Logiciais	28.292.002	(27.036.037)	1.255.965	1.434.721	12.810.585	(6.774.410)
Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento	8.333.226	(4.757.051)	3.576.175	2.845.136	4.281.872	(1.853.385)
Outros	195.488	(163.974)	31.514	49.908	41.102.587	(33.810.447)
<b>Total</b>	<b>41.102.587</b>	<b>(33.810.447)</b>	<b>7.292.141</b>	<b>6.122.700</b>	-	-

<sup>(1)</sup> Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não houve impairment.

### 17. Captações

#### a) Abertura de contas Patrimoniais

	Banco					
	Sem Vencimento		Até 3 Meses		De 3 a 12 Meses	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>Depósitos</b>	<b>95.814.154</b>	<b>102.763.606</b>	<b>100.809.203</b>	<b>122.526.177</b>	<b>421.913.140</b>	<b>406.882.409</b>
Depósitos à Vista	35.548.256	-	-	-	35.548.256	40.776.429
Depósitos de Poupança	60.204.483	-	-	-	60.204.483	65.220.066
Depósitos Interfinanceiros	-	2.247.316	3.322.210	230.841	5.900.367	5.621.237
Depósitos a Prazo <sup>(1)</sup>	61.415	100.516.290	97.486.993	122.295.336	320.260.034	295.257.877
<b>Captações no Mercado Aberto</b>	<b>21.053.999</b>	<b>2.735.011</b>	<b>93.179.916</b>	<b>116.968.926</b>	<b>100.870.087</b>	<b>100.870.087</b>
Carteira Própria	17.850.738	87.949	41.603.586	59.542.273	75.114.059	75.114.059
Títulos Públicos	510.939	53.816	41.597.960	42.162.715	61.635.928	61.635.928
Outros	17.339.799	34.133	5.626	17.379.558	13.478.131	13.478.131
Carteira de Terceiros	-	-	31.905.978	31.905.978	6.859.710	6.859.710
Carteira de Livre Movimentação	3.203.261	2.647.062	19.670.352	25.520.675	18.896.318	18.896.318
<b>Recursos de Aceites e Emissão de Títulos</b>	<b>14.971.170</b>	<b>40.218.240</b>	<b>92.686.125</b>	<b>147.875.535</b>	<b>115.842.979</b>	<b>115.842.979</b>
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	10.857.263	34.290.912	55.336.557	100.444.732	73.517.897	73.517.897
Letras de Crédito Imobiliário - LCI <sup>(2)</sup>	4.217.733	7.394.352	22.527.080	34.139.165	28.924.170	28.924.170
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	5.251.634	12.492.241	6.301.445	24.045.320	16.989.434	16.989.434
Letras Financeiras - LF <sup>(3)</sup>	1.386.702	14.364.319	17.962.027	33.713.048	25.074.264	25.074.264
Letras Imobiliárias Garantidas - LIG <sup>(4)</sup>	1.194	-	8.546.005	8.547.199	2.530.030	2.530.030
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	3.861.139	4.662.390	32.075.615	40.599.144	38.427.171	38.427.171
Certificados de Operações Estruturadas	252.768	1.304.938	5.273.953	6.831.659	3.897.911	3.897.911
<b>Obrigações por Empréstimos e Repasses</b>	<b>29.973.488</b>	<b>38.394.664</b>	<b>13.277.406</b>	<b>81.645.558</b>	<b>91.581.834</b>	<b>91.581.834</b>
Obrigações por Empréstimos no Exterior	28.639.557	34.892.324	4.143.215	67.675.096	79.728.750	79.728.750
Linhas de Financiamento à Exportação e Importação	12.117.778	18.581.223	1.940.214	32.639.215	50.769.169	50.769.169
Outras Linhas de Crédito	16.521.779	16.311.101	2.203.001	35.035.881	28.959.581	28.959.581
Obrigações por Repasses do País	1.333.931	3.502.340	9.134.191	13.970.462	11.853.084	11.853.084
<b>Total</b>	<b>95.814.154</b>	<b>168.762.263</b>	<b>182.157.118</b>	<b>321.669.624</b>	<b>768.403.159</b>	<b>715.177.309</b>

	Banco					
	Sem Vencimento		Até 3 Meses		De 3 a 12 Meses	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>Depósitos</b>	<b>95.814.154</b>	<b>102.762.263</b>	<b>182.157.118</b>	<b>-</b>	<b>446.733.535</b>	<b>496.745.355</b>
Depósitos à Vista	-	-	-	-	321.669.624	321.669.624
Depósitos de Poupança	-	-	-	-	496.745.355	218.431.954

	Consolidado					
	Sem Vencimento		Até 3 Meses		De 3 a 12 Meses	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>Depósitos</b>	<b>95.711.018</b>	<b>102.412.483</b>	<b>100.234.409</b>	<b>122.570.919</b>	<b>420.928.829</b>	<b>403.639.587</b>
Depósitos à Vista	35.336.874	-	-	-	35.336.874	40.452.317
Depósitos de Poupança	60.204.483	-	-	-	60.204.483	65.220.066
Depósitos Interfinanceiros	-	1.555.593	2.744.484	275.488	4.575.565	4.723.077
Depósitos a Prazo <sup>(1)</sup>	61.415	100.856.890	97.489.925	122.295.431	320.703.661	293.242.294
Outros Depósitos	108.246	-	-	-	108.246	-
<b>Captações no Mercado Aberto</b>	<b>20.814.653</b>	<b>2.681.195</b>	<b>86.265.076</b>	<b>109.760.924</b>	<b>95.648.600</b>	<b>95.648.600</b>
Carteira Própria	17.611.392	34.133	38.676.000	56.321.525	71.192.568	71.192.568
Títulos Públicos	271.118	-	38.670.374	38.941.492	57.714.437	57.714.437
Outros	17.339.799	34.133	5.626	17.379.558	13.478.131	13.478.131
Carteira de Terceiros	-	-	27.918.724	27.918.724	5.559.714	5.559.714
Carteira de Livre Movimentação	3.203.261	2.647.062	19.670.352	25.520.675	18.896.318	18.896.318
<b>Recursos de Aceites e Emissão de Títulos</b>	<b>16.408.519</b>	<b>39.523.634</b>	<b>71.476.933</b>	<b>127.409.086</b>	<b>95.380.860</b>	<b>95.380.860</b>
Recursos de Aceites Cambiais	80.600	150.461	978.621	1.209.682	1.361.443	1.361.443
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	11.505.308	34.992.606	58.361.704	104.859.618	77.169.438	77.169.438
Letras de Crédito Imobiliário - LCI <sup>(2)</sup>	4.217.733	7.394.352	22.527.080	34.139.165	28.924.170	28.924.170
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	5.251.633	12.492.241	6.301.445	24.045.319	16.989.434	16.989.434
Letras Financeiras - LF <sup>(3)</sup>	2.034.748	15.106.013	20.987.174	38.127.935	28.725.804	28.725.804
Letras Imobiliárias Garantidas - LIG <sup>(4)</sup>	1.194	-	8.546.005	8.547.199	2.530.030	2.530.030
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	4.569.843	3.075.629	32.075.615	40.599.144	38.427.171	38.427.171
Certificados de Operações Estruturadas	252.768	1.304.938	5.273.953	6.831.660	3.897.911	3.897.911
<b>Obrigações por Empréstimos e Repasses</b>	<b>30.049.052</b>	<b>38.394.664</b>	<b>13.277.406</b>	<b>81.721.122</b>	<b>91.586.750</b>	<b>91.586.750</b>
Obrigações por Empréstimos no País	75.564	-	-	-	75.564	4.916
Obrigações por Empréstimos no Exterior	28.639.557	34.892.324	4.143.215	67.675.096	79.728.750	79.728.750
Linhas de						

...Continuação



# BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

**Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)** - R\$ 130.164 no Banco e R\$ 133.593 no Consolidado (31/12/2021 - R\$53.936 no Banco e R\$53.936 no Consolidado); o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a cobrança da contribuição previdenciária e do salário-educação sobre diversas verbas que, segundo avaliação dos assessores jurídicos, não possuem natureza salarial.

**Imposto sobre Serviços (ISS) - Instituições Financeiras** - R\$ 288.660 Banco e R\$ 319.020 no Consolidado (31/12/2021 - R\$256.770 no Banco e R\$283.528 no Consolidado); o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços. Além disso, outras ações envolvendo ISS, classificados como risco de perda possível, estão descritos na nota 20.e.

**d.2) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Trabalhista**  
São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas, incluindo processos relacionados a benefícios de aposentadoria. Para ações consideradas comuns e semelhantes em natureza, as providões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as providões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

**Ex-Empregados do Banespa.** Ação distribuída em 1998 pela Associação de Aposentados do Banespa (AFABESP) requerendo o pagamento de gratificação semestral prevista no regulamento do Banco Banespa para aproximadamente 8.400 ex-empregados (aposentados), segundo o qual o pagamento se dará na hipótese de o Banco obter lucro e a distribuição deste lucro for aprovada pelo conselho de administração. A gratificação não foi paga em 1994 e 1995 porque o Banco Banespa não obteve lucro durante estes anos. Pagamentos parciais foram feitos entre 1996 e 2000 conforme aprovação do conselho de administração. A mencionada cláusula foi excluída do regulamento em 2001. O Tribunal Regional do Trabalho e o Tribunal Superior do Trabalho condenaram o Santander Brasil, como sucessor do Banespa, a pagar a gratificação semestral referentes aos períodos relativo ao segundo semestre de 1996 e semestres de 1997. Em 20 de março de 2019, uma decisão do Supremo Tribunal Federal (Supremo Tribunal Federal, ou "STF") rejeitou o recurso extraordinário interposto pelo Banco Santander, o que não resolveu o mérito do processo. Ingressamos com ação rescisória para anular a sentença em função de ausência de legitimidade da AFABESP (segundo precedente nº 573.232 do STF) ou reconhecer a nulidade do acórdão do TRT que não intimou o Banco Santander sobre os efeitos modificativos da decisão, bem como para suspender a execução no processo principal. A ação rescisória foi julgada improcedente, sendo que dessa decisão foram opostos Embargos de Declaração, em função da ausência de manifestação explícita acerca dos argumentos trazidos pelo Banco. Acerca dos Embargos de Declaração os pontos de omissão não foram respondidos como determina a legislação, motivo pelo qual foi interposto Recurso Extraordinário que teve o seguimento negado pelo TST. Desta decisão o Banco interpôs agravo, o qual está pendente de admissibilidade, tendo em vista que as decisões proferidas pelo Tribunal Superior do Trabalho contrariam posição já pacífica no STF (precedente nº 573.232), segundo o qual a Associação necessita de procuração específica para demandar em juízo, e, também a decisão afronta preceitos constitucionais acerca do acesso à justiça (inciso XXXV do art. 5º da CF) pela determinação de recolhimento excessivo de custas. Em relação a ação principal, em agosto de 2021, foi proferida decisão que determinou que a execução fosse feita individualmente no foro correspondente de cada representado e a AFABESP interpôs recurso que foi negado provimento, motivo pelo qual a decisão transitou em julgado.

Nossos consultores jurídicos classificaram o risco de perda como provável. As atuais decisões do tribunal, e tampouco da vara no processo principal, não definem um valor específico a ser pago pelos substituídos, devendo os valores serem apurados em regular liquidação de sentença, razão pela qual já foram distribuídas aproximadamente 4,5 mil ações de cumprimento individual da sentença coletiva.

Em 31 de dezembro de 2022 a provisão está constituída com base na estimativa de perda provável das ações individuais contra o Banco.

**d.3) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Cível**  
Estas providões são em geral decorrentes de: (1) ações com pedido de revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários, incluindo supostos efeitos da implementação de vários planos econômicos do governo, (2) ações decorrentes de contratos de financiamento, (3) ações de execução; e (4) ações de indenização por perdas e danos. Para ações cíveis consideradas comuns e semelhantes em natureza, as providões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as providões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Os principais processos classificados como risco de perda provável estão descritos a seguir:

**Ações de Caráter Indenizatório** - Referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a cartões de crédito, crédito direto ao consumidor, contas correntes, cobrança e empréstimos e outros assuntos. Nas ações relativas a causas consideradas semelhantes e usuais para o negócio, no curso normal das atividades do Banco, a provisão é constituída com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as providões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

**Planos Econômicos** - Referem-se a discussões judiciais, que pleiteiam supostos expurgos inflacionários decorrentes de Planos Econômicos (Bresser, Verão, Collor I e II), por entenderem que tais planos violaram direitos adquiridos relativos à aplicação de índices inflacionários supostamente devidos a Cadernetas de Poupança, Depósitos Judiciais e Depósitos a Prazo (CDBs). As ações são provisionadas com base na avaliação individualizada de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

O Banco Santander também é parte em ações civis públicas, sobre a mesma matéria, ajudizadas por entidades de defesa do consumidor, pelo Ministério Público ou por Defensorias Públicas. A constituição de provisão é feita somente para casos com risco provável, tendo como base os pedidos de execuções individuais. A questão está ainda sob análise no STF. Existe jurisprudência no STF favorável aos Bancos com relação a fenômeno econômico semelhante ao da poupança, como no caso da correção de depósitos a prazo (CDBs) e das correções aplicadas aos contratos (tabulita).

Contudo, a jurisprudência do STF ainda não se consolidou sobre a constitucionalidade das normas que modificaram o padrão monetário do Brasil. Em 14 de abril de 2010, o Supremo Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que o prazo para a propositura de ações civis públicas que discutem os expurgos é de 5 anos a partir da data dos planos, mas essa decisão ainda não transitou em julgado. Desta forma, com essa decisão, grande parte das ações, como foram propostas após o prazo de 5 anos, provavelmente, serão julgadas improcedentes, diminuindo os valores envolvidos. O STJ também decidiu que o prazo para os poupadores individuais se habilitarem nas Ações Cíveis Públicas, também é de 5 anos, contados do trânsito em julgado da respectiva sentença. O Banco Santander acredita no sucesso das teses defendidas perante esses tribunais por seu conteúdo e fundamento.

Ao final de 2017, a Advocacia Geral da União (AGU), o Bacen, o Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), a Frente Brasileira dos Poupadores (Febrapo) e a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) firmaram acordo que busca encerrar as disputas judiciais sobre os Planos Econômicos.

As discussões se concentraram em definir a quantia que seria paga a cada autor, conforme o saldo na caderneta em data do plano. O valor total dos pagamentos, dependerá da quantidade de adesões, e também do número de poupadores que tenham comprovado em juízo a existência da conta e o saldo na data de aniversário de alteração dos índices. O termo de acordo negociado entre as partes foi homologado pelo STF.

Em decisão proferida pelo STF, ocorreu suspensão nacional de todos os processos que versem sobre a questão pelo período de vigência do acordo, com exceção aos casos em cumprimento definitivo de sentença.

Em 11 de março de 2020, houve a prorrogação do acordo por meio de aditivo, com a inclusão das ações que envolvem somente a discussão do Plano Collor I. Tal prorrogação tem prazo de 5 anos e a homologação dos termos do aditivo ocorreu no dia 03 de junho de 2020.

A Administração considera que as providões constituídas são suficientes para cobrir os riscos envolvidos com os planos econômicos, considerando o acordo homologado.

**e) Passivos Contingentes Fiscais e Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis Classificados como Risco de Perda Possível**  
São processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não sendo, portanto, provisionados.

As ações de natureza fiscal com classificação de perda possível, totalizaram R\$ 31.522 milhões no Consolidado (31/12/2021 - R\$29.726 milhões), sendo os principais processos os seguintes:

**INSS sobre Participação nos Lucros ou Resultados (PLR)** - o Banco e as empresas controladas possuem processos judiciais e administrativos decorrentes de questionamentos das autoridades fiscais, a respeito da cobrança de contribuição previdenciária sobre os pagamentos efetuados a título de participação nos lucros e resultados. Em 31 de dezembro de 2022, o valor era de aproximadamente R\$ 8.329 milhões.

**Imposto sobre Serviços (ISS) - Instituições Financeiras** - o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços. Em 31 de dezembro de 2022, o valor era de aproximadamente R\$ 4.716 milhões.

**Compensação Não Homologada** - o Banco e suas coligadas discutem administrativa e judicialmente com a Receita Federal a não homologação de compensações de tributos com créditos decorrentes de pagamento a maior ou indevido. Em 31 de dezembro de 2022, o valor era de aproximadamente R\$ 5.233 milhões.

**Amortização do Ágio do Banco Real** - a Receita Federal do Brasil emitiu auto de infração contra o Banco para exigir os pagamentos de IRPJ e CSLL, incluindo os encargos moratórios, referentes ao período-base de 2009. As Autoridades Fiscais consideraram que o ágio referente à aquisição do Banco Real, amortizado contabilmente antes da sua incorporação, não poderia ser deduzido pelo Banco Santander para fins fiscais. O auto de infração foi devidamente impugnado e atualmente, aguardamos julgamento perante o CARF. Em 31 de dezembro de 2022, o valor era de aproximadamente R\$ 1,548 milhões.

**Perdas em Operações de Crédito** - o Banco e as empresas controladas contestaram os lançamentos fiscais emitidos pela Receita Federal do Brasil alegando a dedução indevida de perdas em operações de crédito das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL, por supostamente não atenderem às exigências das leis aplicáveis. Em 31 de dezembro de 2022, o valor era de aproximadamente R\$ 1.670 milhões.

**Utilização de Prejuízo Fiscal e de Base Negativa da CSLL** - Autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil no exercício de 2009 por supostas compensações indevidas de prejuízo fiscal e de base negativa da CSLL, como consequência de autuações fiscais lavradas em períodos anteriores. Aguarda-se julgamento na esfera administrativa. Em 31 de dezembro de 2022, o valor era de aproximadamente R\$ 1.157 milhões.

**Amortização do Ágio do Banco Sudameris** - as autoridades fiscais lavraram autos de infração para exigir os pagamentos de IRPJ e CSLL, incluindo os encargos moratórios, referentes à dedução fiscal da amortização do ágio pago na aquisição do Banco Sudameris, referentes ao período base de 2007 a 2012. O Banco Santander apresentou as respectivas defesas administrativas, as quais foram julgadas desfavoravelmente. Atualmente, os processos aguardam julgamento no CARF. Em 31 de dezembro de 2022, o valor era de aproximadamente R\$ 699 milhões.

**IRPJ e CSLL - Ganho de Capital** - a Secretária da Receita Federal do Brasil emitiu um auto de infração contra a Santander Seguros (sucessora legal da ABN AMRO Brasil Dois Participações S.A. (AAB Dois Par)) cobrando imposto de renda e contribuição social relacionados ao exercício fiscal de 2005. A Receita Federal do Brasil alega que o ganho de capital na venda das ações da Real Seguros S.A. e da Real Vida e Previdência S.A pela AAB Dois Par deve ser tributado a uma alíquota de 34,0% ao invés de 15,0%. O lançamento foi contestado administrativamente com base no entendimento que o tratamento fiscal adotado na transação estava em conformidade com a legislação tributária vigente e o ganho de capital foi devidamente tributado. O processo administrativo encerrou desfavoravelmente à Companhia. Em julho de 2020, a Companhia ajuizou ação visando anular o débito. A ação judicial aguarda julgamento. O Banco Santander é responsável por qualquer resultado adverso nesse processo como ex-controlador da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. Em 31 de dezembro de 2022, o valor era de aproximadamente R\$ 522 milhões.

**IRRF - Remessa Exterior** - A Companhia ajuizou medida judicial visando afastar a tributação do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF sobre os rendimentos derivados da prestação de serviços realizados por empresa no exterior, por não comportarem transferência de tecnologia, em razão da existência dos Tratados Internacionais firmados entre Brasil-Chile, Brasil-México e Brasil-Espanha, evitando a dupla tributação - TDs. Em julho de 2013, foi concedida a tutela antecipada para suspensão da exigibilidade dos valores, e por consequente, sobreveio a sentença procedente. Atualmente, o processo aguarda julgamento no Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Em 30 de junho de 2022, o valor era de aproximadamente R\$ 692 milhões.

As ações de natureza trabalhista com classificação de perda possível totalizaram R\$315 milhões no Consolidado, incluindo o processo abaixo:

**Reajuste das Complementações de Aposentadoria do Banesprev pelo IGPI** - ação ajuizada em 2002 na Justiça Federal pela Associação de Funcionários Aposentados do Banco do Estado de São Paulo requerendo o reajuste da complementação de aposentadoria pelo IGPI para aposentados do Banespa que tenham sido admitidos até 22 de maio de 1975. A sentença deferiu a correção, mas apenas nos períodos em que não houve a aplicação de nenhuma outra forma de reajuste. O Banco e o Banesprev recorreram dessa decisão e os Recursos foram julgados improcedentes, motivo pelo qual foram interpostos Recurso Especial e Extraordinário, ambos, pendentes de admissibilidade. Em Execução Provisória foram apresentados cálculos pelo Banco e Banesprev em razão da exclusão de participantes que, entre outros motivos, constam como autores em outras ações ou já tiveram algum tipo de reajuste. O valor envolvido não é provisionado tendo em vista que não há lista de representados devidamente homologada nos autos, bem como a execução permanece suspensa.

Os passivos relacionados a ações cíveis com risco de perda possível totalizaram R\$2.488 milhões no Consolidado, tendo como principais processos:

**Ação Indenizatória Oriunda do Banco Bandepe** - relacionada ao contrato de mútuo. Após procedência do recurso interposto pelo Banco no Superior Tribunal de Justiça, a parte iniciou uma nova liquidação de sentença.

**Ação Indenizatória Referente à de Serviços de Custódia** - prestados pelo Banco Santander em fase pericial e ainda sem sentença proferida.

**f) Outras Ações Judiciais de Responsabilidade de Ex-Contratadores**  
Referem-se a ações de natureza cíveis, no montante de R\$496 (31/12/2021 - R\$496) no Banco e no Consolidado, sem ações de naturezas fiscais e trabalhistas, registrados em outros passivos (Nota 19) de responsabilidade dos ex-controladores de Bancos e empresas adquiridas. Com base nos contratos firmados, estas ações possuem garantias de ressarcimento integral por parte dos ex-controladores, cujos respectivos direitos foram contabilizados em outros ativos (Nota 12).

### 21. Patrimônio Líquido

**a) Capital Social**  
De acordo com o Estatuto Social, o capital social do Banco Santander poderá ser aumentado até o limite do capital autorizado, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração e por meio da emissão de até 9.090.909.090 (nove bilhões, noventa milhões, novecentos e nove mil e noventa) ações, observados os limites legais estabelecidos quanto ao número de ações preferenciais. Qualquer aumento de capital que exceda esse limite requererá a aprovação dos acionistas.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de março de 2021 foi aprovado no contexto da Cisão parcial do Santander Brasil, que resultou na segregação das ações de sua propriedade emitidas pela Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamentos S.A. ("Getnet"), com versão da parcela cindida para a Getnet, a redução do capital social do Santander Brasil no montante total de R\$2.000.000 (dois bilhões de reais), sem o cancelamento de ações, passando o capital social do Santander Brasil de R\$57.000.000 (cinquenta e sete bilhões de reais) para R\$55.000.000 (cinquenta e cinco bilhões de reais). O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em Milhares de Ações					
	31/12/2022			31/12/2021		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
De Domiciliados no País	120.850	146.392	267.242	109.718	135.345	245.063
De Domiciliados no Exterior	3.697.845	3.533.444	7.231.289	3.708.977	3.544.491	7.253.468
<b>Total</b>	<b>3.818.695</b>	<b>3.679.836</b>	<b>7.498.531</b>	<b>3.818.695</b>	<b>3.679.836</b>	<b>7.498.531</b>
(-) Ações em Tesouraria	(31.162)	(31.162)	(62.324)	(15.755)	(15.755)	(31.510)
<b>Total em Circulação</b>	<b>3.787.533</b>	<b>3.648.674</b>	<b>7.436.207</b>	<b>3.802.940</b>	<b>3.664.081</b>	<b>7.467.021</b>

**b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio**  
Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação. As ações preferenciais não têm direito a voto e não podem ser convertidas em ações ordinárias, mas têm os mesmos direitos e vantagens concedidos às ações ordinárias, além de prioridade na distribuição de dividendos e adicional de 10% sobre os dividendos pagos às ações ordinárias, e no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de dissolução do Banco.

Os dividendos foram calculados e pagos de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

Antes da Assembleia Anual dos Acionistas, o Conselho de Administração poderá deliberar sobre a declaração e pagamento de dividendos sobre os lucros auferidos, com base em: (i) balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes no último balanço patrimonial ou (ii) balanços patrimoniais emitidos em períodos inferiores a seis meses, desde que o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o valor das reservas de capital. Esses dividendos são imputados integralmente ao dividendo obrigatório.

A seguir, apresentamos a distribuição de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio efetuadas em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

	31/12/2022					
	Em milhares de Reais			Reais por Milhares de Ações/Units		
	Ordinárias	Preferenciais	Bruto	Ordinárias	Preferenciais	Unit
Dividendos <sup>(1)(6)</sup>	1.300.000	165,95	182,55	348,50	165,95	182,55
Juros sobre o Capital Próprio <sup>(2)(6)</sup>	1.700.000	217,02	238,72	455,73	184,46	202,91
Dividendos <sup>(3)(6)</sup>	700.000	89,45	98,40	187,85	89,45	98,40
Juros sobre o Capital Próprio <sup>(2)(6)</sup>	1.000.000	127,79	140,57	268,36	108,62	119,48
Juros sobre o Capital Próprio <sup>(2)(6)</sup>	1.700.000	217,75	239,52	457,27	185,09	203,59
Dividendos <sup>(4)(6)</sup>	820.000	105,02	115,53	220,55	105,02	115,53
Juros sobre o Capital Próprio <sup>(4)(6)</sup>	880.000	112,71	123,98	236,69	95,80	105,38
<b>Total</b>	<b>8.100.000</b>					

<sup>(1)</sup> Deliberados pelo Conselho de Administração em 01 de fevereiro de 2022, pagos no dia 04 de março de 2022, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

<sup>(2)</sup> Deliberados pelo Conselho de Administração em 14 de abril de 2022, pagos no dia 16 de maio de 2022, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

<sup>(3)</sup> Deliberados pelo Conselho de Administração em 05 de agosto de 2022, pagos no dia 06 de setembro de 2022, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

<sup>(4)</sup> Deliberados pelo Conselho de Administração em 13 de outubro de 2022, pagos no dia 22 de novembro de 2022, sem nenhuma remuneração a título de atualização.

<sup>(5)</sup> Foram imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios distribuídos pelo Banco referentes ao exercício de 2021.

<sup>(6)</sup> Serão imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios a serem distribuídos pelo Banco referentes ao exercício de 2022.

	31/12/2021					
	Em milhares de Reais			Reais por Milhares de Ações/Units		
	Ordinárias	Preferenciais	Bruto	Ordinárias	Preferenciais	Unit
Dividendos <sup>(1)(6)</sup>	3.000.000	382,98	421,28	804,26	382,98	421,28
Juros sobre o Capital Próprio <sup>(2)(6)</sup>	3.400.000	434,04	477,45	911,49	368,94	405,83
Dividendos <sup>(3)(6)</sup>	3.000.000	382,98	421,28	804,26	382,98	421,28
Juros sobre o Capital Próprio <sup>(4)(6)</sup>	249.000	31,79	34,97	66,75	27,02	29,72
<b>Total</b>	<b>9.649.000</b>					

<sup>(1)</sup> Deliberados pelo Conselho de Administração em 27 de abril de 2021, pagos no dia 02 de junho de 2021, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

<sup>(2)</sup> Deliberados pelo Conselho de Administração em 27 de julho de 2021, pagos no dia 03 de setembro de 2021, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

<sup>(3)</sup> Deliberados pelo Conselho de Administração em 26 de outubro de 2021, pagos no dia 03 de dezembro de 2021, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

<sup>(4)</sup> Deliberados pelo Conselho de Administração em 28 de dezembro de 2021, pagos no dia 03 de fevereiro de 2022, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

<sup>(5)</sup> Foram imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios distribuídos pelo Banco referentes ao exercício de 2021.

**c) Reservas**  
O lucro líquido apurado, após as deduções e provisões legais, terá a seguinte destinação:

**Reserva Legal**  
De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal, até que a mesma atinja 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

**Reservas de Capital**  
As reservas de capital do Banco são compostas de: reserva de ágios por subscrição de ações e outras reservas de capital, e somente pode ser usada para absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as reservas de lucros; resgate, reembolso ou aquisição de ações de nossa própria emissão; incorporação ao capital social; ou pagamento de dividendos a ações preferenciais em determinadas circunstâncias.

**Reserva para Equalização de Dividendos**  
Após a destinação dos dividendos, o saldo se houver, poderá, mediante proposta da Diretoria Executiva e aprovada pelo Conselho de Administração, ser destinado a formação de reserva para equalização de dividendos, que será limitada a 50% do valor do capital social. Esta reserva tem como finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive sob a forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas.

**d) Ações em Tesouraria**  
Em reunião realizada em 02 de agosto de 2022, o Conselho de Administração aprovou, em continuidade ao programa de recompra que expirou na mesma data, novo programa de recompra de Units e de ADRs de emissão do Banco Santander, diretamente ou por sua agência em Cayman, para manutenção em tesouraria ou posterior alienação.

O Programa de Recompra abrange a aquisição de até 36.986.424 Units, representativas de 36.986.424 ações ordinárias e 36.986.424 ações preferenciais, que correspondiam, em 30 de junho de 2022, a aproximadamente 1% do capital social do Banco. Em 30 de junho de 2022, o Banco Santander possuía 345.962.035 ações ordinárias e 373.766.448 ações preferenciais em circulação.

A recompra tem por objetivo (1) maximizar a geração de valor para os acionistas por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital; e (2) viabilizar o pagamento de administradores, empregados de nível gerencial e outros funcionários do Banco e de sociedades sob seu controle, nos termos dos Planos de Incentivo de Longo Prazo. O prazo do Programa de Recompra é de até 18 meses contados a partir de 03 de agosto de 2022, encerrando-se em 05 de fevereiro de 2024.

Banco/Consolidado		Em Milhares de Ações	
31/12/2022	31/12/2021	Quantidade	Quantidade
Units	Units		
15.755	18.829		
20.297	91		
(4.891)	(3.165)		
<b>31.161</b>	<b>15.755</b>		
R\$ 1.217.545	R\$ 711.268		
R\$ 1.771	R\$ 1.771		
<b>R\$ 1.219.316</b>	<b>R\$ 713.039</b>		

	Units	Units
Custo Mínimo (*)	R\$ 7,55	R\$ 7,55
Custo Médio Ponderado (*)	R\$ 27,73	R\$ 33,86
Custo Máximo (*)	R\$ 49,55	R\$ 49,55
Cotação da Ação	R\$ 28,19	R\$ 29,98

<sup>(\*)</sup> Considerando desde o início das operações em bolsa.

Patrimônio Líquido		Resultado	
31/12/2022	31/12/2021	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Banco RCI Brasil S.A.	857.368	916.393	126.897
Banco Hyundai Capital Brasil S.A.	218.808	177.880	41.107
Banco PSA	130.404	129.975	12.960
Rôjo Entretenimento S.A.	7.692	6.939	528
GIRA	(73)	3.109	(3.182)
Toro CTVM	115.671	22.948	2.694
Toro Investimentos	18.538	-	(148)
Solution 4Fleet	1.648	-	(1.024)
Apel I	3.263	-	(478)
<b>Total</b>	<b>1.353.319</b>	<b>1.257.244</b>	<b>179.354</b>

**Ações em Tesouraria no Início do Período**  
Aquisições de Ações  
Alienações - Remuneração Baseado em Ações  
**Ações em Tesouraria no Final do Período**  
Sub-Total de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais  
Custos de Emissão em Milhares de Reais  
**Saldo de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais**

	Units	Units
Custo Mínimo (*)	R\$ 7,55	R\$ 7,55
Custo Médio Ponderado (*)	R\$ 27,73	R\$ 33,86
Custo Máximo (*)	R\$ 49,55	R\$ 49,55
Cotação da Ação	R\$ 28,19	R\$ 29,98

<sup>(\*)</sup> Considerando desde o início das operações em bolsa.

**e) Participação dos Acionistas Minoritários**

Patrimônio Líquido		Resultado	
31/12/2022	31/12/2021	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Banco RCI Brasil S.A.	857.368	916.393	126.897
Banco Hyundai Capital Brasil S.A.	218.808	177.880	41.107
Banco PSA	130.404	129.975	12.960
Rôjo Entretenimento S.A.	7.692	6.939	528
GIRA	(73)	3.109	(3.182)
Toro CTVM	115.671	22.948	2.694
Toro Investimentos	18.538	-	(148

...Continuação



# BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Banco							
	Coligadas e de controle compartilhado (2)				Pessoal chave da Administração (2)		Total	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>Passivo</b>	<b>(23.563.739)</b>	<b>(25.508.811)</b>	<b>(45.428.700)</b>	<b>(20.956.304)</b>	<b>(118.449)</b>	<b>(522.996)</b>	<b>(69.110.888)</b>	<b>(46.988.110)</b>
Depósitos	(3.063.898)	(10.995)	(4.045.388)	(28.918.620)	(31.040)	(28.409)	(7.140.326)	(28.958.024)
Operações Compromissadas	-	-	(7.479.418)	(7.262.118)	301	-	(7.479.117)	(7.262.118)
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-	-	-	-	201.054	128.214	201.054	128.214
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(7.104.035)	(11.167.495)	(32.417.116)	16.038.461	-	-	(39.521.151)	(4.070.966)
Dividendos e Bonificações a Pagar	-	(73)	-	(564.713)	-	258	-	(664.528)
Valores a Pagar de Sociedades Ligadas	(201.359)	(241.640)	(1.347.740)	(128.901)	-	-	(1.549.099)	(370.541)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	(13.172.677)	(14.088.607)	-	-	-	-	(13.172.677)	(14.088.607)
Outros Passivos - Diversos	(21.770)	-	(139.038)	(120.413)	(298.121)	(639.507)	(458.929)	(759.920)
Garantias e Limites	-	-	-	-	9.357	16.448	9.357	16.448
<b>01/01 a</b>	<b>01/01 a</b>	<b>01/01 a</b>	<b>01/01 a</b>	<b>01/01 a</b>	<b>01/01 a</b>	<b>01/01 a</b>	<b>01/01 a</b>	<b>01/01 a</b>
<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2021</b>
<b>2.966.437</b>	<b>(986.214)</b>	<b>(4.050.193)</b>	<b>3.276.368</b>	<b>(515.744)</b>	<b>(306.571)</b>	<b>(1.599.500)</b>	<b>1.983.583</b>	<b>1.983.583</b>
Receitas da Intermediação Financeira	4.264.513	1.650.397	562.269	2.714.642	834	116	4.827.616	4.365.155
Despesas da Intermediação Financeira	(1.062.993)	(2.395.188)	(4.663.996)	(445.961)	(2.651)	(450)	(5.729.640)	(2.841.599)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(235.083)	(241.423)	(352.424)	1.024.117	(513.927)	(306.237)	(1.101.434)	476.457
Resultado não Operacional	-	-	403.958	(16.430)	-	-	403.958	(16.430)

	Consolidado							
	Coligadas e de controle compartilhado (2)				Pessoal chave da Administração (2)		Total	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>Ativo</b>	<b>10.706.879</b>	<b>895.492</b>	<b>24.106.159</b>	<b>33.167.206</b>	<b>16.380</b>	<b>20.034</b>	<b>34.829.418</b>	<b>34.082.732</b>
Disponibilidades	725.598	1.479.611	180.964	8.732.257	-	-	906.562	10.211.868
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6.836.003	-	-	-	-	-	6.836.003	-
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	791.288	955.737	-	-	791.288	955.737
Instrumentos Financeiros Derivativos - Líquido	2.978.168	(2.884.861)	-	107.223	-	-	2.978.168	(2.777.638)
Relações Interfinanceiras	-	-	21.381.455	18.857.386	-	-	21.381.455	18.857.386
Operações de Crédito	-	-	830.506	3.528.333	16.376	20.033	846.882	3.548.366
Dividendos e Bonificações a Receber	-	-	26.210	21.811	-	-	26.210	21.811
Negociação e Intermediação de Valores	237.394	531.612	-	-	-	-	237.394	531.612
Carteira de Câmbio - Líquida	(175.253)	(159.043)	-	-	-	-	(175.253)	(159.043)
Rendas a Receber	-	-	889.699	-	-	-	889.699	-
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	-	4.516	6.037	1.378	-	-	6.037	5.894
Outros Ativos - Diversos	104.969	1.923.657	-	963.081	4	1	104.973	2.886.739
<b>Passivo</b>	<b>(23.563.760)</b>	<b>(25.508.831)</b>	<b>(8.202.759)</b>	<b>(10.323.407)</b>	<b>211.170</b>	<b>(547.895)</b>	<b>(31.555.349)</b>	<b>(36.380.133)</b>
Depósitos	(3.063.898)	(10.995)	(1.401.719)	(14.96.059)	(31.040)	(28.672)	(4.496.657)	(1.535.726)
Operações Compromissadas	-	-	(271.303)	(1.003.908)	301	-	(271.002)	(1.003.908)
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-	-	-	-	201.054	128.593	201.054	128.593
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(7.104.035)	(11.167.495)	(6.326.097)	(7.079.955)	-	-	(13.430.132)	(18.247.450)
Dividendos e Bonificações a Pagar	-	(73)	-	(564.713)	-	-	-	(564.786)
Valores a Pagar de Sociedades Ligadas	(201.380)	(241.661)	(37.641)	(31.280)	-	-	(239.021)	(272.941)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	(13.172.677)	(14.088.607)	-	-	-	-	(13.172.677)	(14.088.607)
Outros Passivos - Diversos	(21.770)	-	(165.999)	(147.492)	31.498	(664.264)	(156.271)	(811.756)
Garantias e Limites	-	-	-	-	9.357	16.448	9.357	16.448
<b>01/01 a</b>	<b>01/01 a</b>	<b>01/01 a</b>	<b>01/01 a</b>	<b>01/01 a</b>	<b>01/01 a</b>	<b>01/01 a</b>	<b>01/01 a</b>	<b>01/01 a</b>
<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2021</b>
<b>2.966.437</b>	<b>(986.214)</b>	<b>1.715.737</b>	<b>2.481.603</b>	<b>(599.813)</b>	<b>(306.571)</b>	<b>4.082.361</b>	<b>1.188.818</b>	<b>1.188.818</b>
Receitas da Intermediação Financeira	4.264.513	1.650.397	461.325	72.338	834	116	4.726.672	1.722.851
Despesas da Intermediação Financeira	(1.062.993)	(2.395.188)	(366.258)	(24.534)	(2.651)	(450)	(1.431.902)	(2.420.172)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(235.083)	(241.423)	(1.216.712)	2.450.229	(597.996)	(306.237)	383.633	1.902.569
Resultado não Operacional	-	-	403.958	(16.430)	-	-	403.958	(16.430)

(1) Controlador - O Banco Santander é controlado indiretamente pelo Banco Santander Espanha (Nota 1), através das subsidiárias GES e Sterrebeek B.V.  
 (2) Empresas relacionadas na nota 14.  
 (3) Refere-se ao registro em contas de compensação das Garantias e Limites de Operações de Crédito com Pessoal Chave da Administração.

### 23. Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias

	Banco				Consolidado			
	01/01 a		01/01 a		01/01 a		01/01 a	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Administração de Recursos	608.234	741.483	1.257.323	1.337.705	-	-	-	-
Serviços de Conta Corrente	3.815.939	3.805.750	3.828.032	3.812.189	-	-	-	-
Operações de Crédito e Rendas de Garantias Prestadas	1.225.547	1.155.341	1.824.741	1.510.200	-	-	-	-
Operações de Crédito	604.461	485.729	1.202.521	840.588	-	-	-	-
Rendas de Garantias Prestadas	621.086	669.612	622.220	669.612	-	-	-	-
Comissões de Seguros	1.969.079	2.043.139	3.605.632	3.555.495	-	-	-	-
Cartões (Crédito e Débito) e Serviços Adquirente	5.341.852	4.891.903	5.510.252	5.430.163	-	-	-	-
Cobrança e Arrecadações	1.387.132	1.491.865	1.406.400	1.511.741	-	-	-	-
Colocação de Títulos, Custódia e Corretagem	1.159.867	1.019.204	1.480.874	1.322.780	-	-	-	-
Outras	139.720	354.970	395.169	882.903	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>15.647.370</b>	<b>15.503.655</b>	<b>19.308.063</b>	<b>19.363.176</b>				

### 24. Despesas de Pessoal

	Banco				Consolidado			
	01/01 a		01/01 a		01/01 a		01/01 a	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Remuneração	3.719.934	3.397.120	4.476.345	3.896.537	-	-	-	-
Encargos	1.264.280	1.377.279	1.575.122	1.611.376	-	-	-	-
Benefícios	1.234.120	1.203.198	1.642.099	1.500.931	-	-	-	-
Treinamento	48.180	48.705	62.213	55.557	-	-	-	-
Outras	4.274	1.165	108.601	76.753	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>6.270.788</b>	<b>6.027.467</b>	<b>7.864.380</b>	<b>7.131.154</b>				

### 25. Outras Despesas Administrativas

	Banco				Consolidado			
	01/01 a		01/01 a		01/01 a		01/01 a	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Depreciações e Amortizações	2.853.434	3.637.533	3.057.385	3.822.494	-	-	-	-
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	2.687.335	2.282.474	2.456.734	2.472.714	-	-	-	-
Comunicações	317.963	393.789	348.964	412.695	-	-	-	-
Processamento de Dados	3.194.559	3.115.410	2.879.135	2.769.084	-	-	-	-
Propaganda, Promoções e Publicidade	441.683	452.289	614.843	609.403	-	-	-	-
Aluguéis	882.448	857.909	894.531	864.685	-	-	-	-
Transportes e Viagens	130.482	89.575	180.088	118.093	-	-	-	-
Serviços do Sistema Financeiro	311.131	311.069	358.767	383.846	-	-	-	-
Serviços de Vigilância e Transporte de Valores	532.535	537.952	538.120	540.069	-	-	-	-
Manutenção e Conservação de Bens	283.211	301.533	311.345	311.971	-	-	-	-
Água, Energia e Gás	197.253	184.526	205.028	189.585	-	-	-	-
Material	121.779	107.374	134.771	122.151	-	-	-	-
Outras	1.106.001	922.630	969.096	913.675	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>13.059.814</b>	<b>13.194.663</b>	<b>12.948.807</b>	<b>13.530.465</b>				

### 26. Outras Receitas Operacionais

	Banco				Consolidado			
	01/01 a		01/01 a		01/01 a		01/01 a	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita Líquida de Rendas de Previdência e de Capitalização	-	-	1.690.886	588.140	-	-	-	-
Resultado com Cartões	1.097.342	676.854	1.820.918	864.549	-	-	-	-
Atualização de Depósitos Judiciais	536.237	331.513	688.576	437.885	-	-	-	-
Atualização de Impostos a Compensar	673.292	197.801	819.970	219.257	-	-	-	-
Recuperação de Encargos e Despesas	1.472.872	1.138.495	1.372.601	857.665	-	-	-	-
Varição Monetária Ativa	23	-	423	-	-	-	-	-
Varição Cambial - Exterior	842.769	170.737	984.315	170.279	-	-	-	-
Outras (1)	3.003.342	463.245	5.167.659	1.783.650	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>7.625.877</b>	<b>2.978.645</b>	<b>12.545.348</b>	<b>4.921.425</b>				

(1) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, inclui, principalmente, variação cambial, receita de juros, reversões de provisões e ganhos na comercialização de energia

### 27. Outras Despesas Operacionais

	Banco				Consolidado			
	01/01 a		01/01 a		01/01 a		01/01 a	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/

...Continuação



# BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Abertura dos ganhos (perdas) atuariais por experiência, hipóteses financeiras e hipóteses demográficas:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Experiência do Plano	(23.045)	12.643	(336.602)	49.985
Mudanças em Hipóteses Financeiras	492.989	67.328	984.402	116.272
Mudanças em Hipóteses Demográficas	-	126	-	(446)
<b>Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação</b>	<b>469.944</b>	<b>80.097</b>	<b>647.800</b>	<b>165.811</b>
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	(390.745)	-(498.406)	-(403.979)	-(521.100)
<b>Ganho (Perda) Atuarial - Ativo</b>	<b>(390.745)</b>	<b>-(498.406)</b>	<b>-(403.979)</b>	<b>-(521.100)</b>
<b>Mudança no Superávit Irrecuperável</b>	<b>(244.178)</b>	<b>-(302.576)</b>	<b>-(254.205)</b>	<b>-(313.894)</b>

A tabela a seguir demonstra a duração das obrigações atuariais dos planos patrocinados pelo Banco Santander em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

Planos	Duração (em Anos)	
	31/12/2022	31/12/2021
Cabesp	11,83	16,03
Bandepe	9,79	18,03
Clínica Grátis	8,91	12,28
Diretores Vitalícios	6,88	9,36
Diretores Saúde	22,61	30,28
Circulares <sup>(1)</sup>	8,74 e 7,98	11,62 e 12,97
Seguro de Vida	7,88	8,04

<sup>(1)</sup> A duração 8,74 se refere ao plano dos Ex-Empregados do Banco ABN Amro (31/12/2021 - 13,47) e 7,98 ao plano dos Ex-Empregados do Banco Real (31/12/2021 - 11,92).

### c) Gestão dos Ativos dos Planos

As principais categorias de ativos em percentual de ativos totais do plano em 31 de dezembro de 2022, válidos para 31 de dezembro de 2022, são as seguintes:

	Banco/Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Instrumentos de Patrimônio	0,0%	0,0%
Instrumentos de Dívida	95,1%	96,7%
Bens Imóveis	0,2%	0,2%
Outros	4,7%	3,2%

### d) Premissas Atuariais Adotadas nos Cálculos

Abaixo estão as premissas atuariais adotadas:

	Banco/Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Taxa de Desconto Nominal para a Obrigação Atuarial e Cálculo dos Juros sobre os Ativos, para Exercício Seguinte	9,44% (1) e 9,64%	9,46% (2) e 9,64%
Taxa Estimada de Inflação no Longo Prazo	3,0%	3,0%
Taxa Estimada de Aumento Nominal dos Salários	3,5%	N/A
Tábua Biométrica de Mortalidade Geral	AT2000	AT2000

<sup>(1)</sup> Banesprev II, V e Pré 75;

<sup>(2)</sup> Cabesp.

### e) Análise de Sensibilidade

Os pressupostos relacionados às premissas atuariais significativas possuem efeito sobre os valores reconhecidos no resultado e no valor presente das obrigações. Mudanças na taxa de juros, tábua de mortalidade e custo de assistência médica, em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, teriam os seguintes efeitos:

	Banco/Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
<b>Taxa de Juros</b>		
(+)-0,5%	(22.524)	(240.984)
(-)-0,5%	24.802	265.351
<b>Tábua Biométrica de Mortalidade Geral</b>		
Aplicada (+) 2 anos	(42.586)	(455.624)
Aplicada (-) 2 anos	45.310	484.763
<b>Custo Assistência Médica</b>		
(+)-0,5%	29.297	313.438
(-)-0,5%	(27.104)	(289.978)
<b>f) Remuneração com Base em Ações</b>		
(+)-0,5%	29.297	313.438
(-)-0,5%	(27.104)	(289.978)

O Banco Santander possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações. São elegíveis a estes planos os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander, além dos participantes que foram determinados pelo Conselho de Administração, cuja escolha levará em conta a senioridade no grupo. Os membros do Conselho de Administração somente participam de referidos planos quando exercerem cargos na Diretoria Executiva.

Programa	Tipo de Liquidação	Período de Vesting	Banco/Consolidado		
			31/12/2022	31/12/2021	
Ações do Santander (Brasil)	Locais	01/2019 a 12/2021	2022 e 2023	40.403	(3) R\$ 4.216.667
		01/2020 a 12/2022	2023	R\$ 4.002.000	(4) R\$ 3.668.000
		01/2020 a 12/2022	2023 e 2024	RS -	(4) R\$ 2.986.667
		01/2021 a 10/2024	2024	R\$ 23.490.000	(1) R\$ 13.520.000
		01/2021 a 12/2023	2023	R\$ 1.500.000	(1) R\$ 1.834.000
		07/2019 a 06/2022	2022	111.066	SANB11 (5) 111.962
		09/2020 a 09/2022	2022	304.594	SANB11 (6) 301.583
		01/2020 a 09/2023	2023	209.278	SANB11 249.866
		01/2021 a 12/2022	2023	139.163	SANB11 177.252
		01/2021 a 12/2023	2024	343.863	SANB11 327.065
		01/2022 a 12/2024	2024	222.178	SANB11 30.545
		01/2022 a 12/2025	2025	66.323	SANB11 -
2023, com limite para exercício das opções até 2030	2023	159.253	SAN (2) 309.576		
02/2024, com limite para exercício das opções até 02/2029	2024	832.569	Opções s/ SAN (2) 1.618.445		
Opções e Opções sobre Ações do Santander Espanha	2025	124.184	SAN (2) 135.632		
2025, com limite para exercício das opções até 2030	2025	370.477	Opções s/ SAN (2) 404.630		
2025, com limite para exercício das opções até 2030	2025	150.703	SAN (2) -		
2023, com limite para exercício das opções até 2030	2023	578.713	Opções s/ SAN (2) -		
2023, com limite para exercício das opções até 2030	2023	R\$ 28.992.000	(1) R\$ 26.225.334		
2023, com limite para exercício das opções até 2030	2023	1.436.868	SANB11 1.198.073		
2023, com limite para exercício das opções até 2030	2023	434.140	SAN (2) 445.208		
2023, com limite para exercício das opções até 2030	2023	1.781.759	Opções s/ SAN (2) 2.023.075		

<sup>(1)</sup> Target do plano em Reais, a ser convertido em ações SANB11 de acordo com o atingimento dos indicadores de performance do plano ao final do período de vesting, pela cotação dos últimos 15 pregões do mês imediatamente anterior ao da outorga.

<sup>(2)</sup> Target do plano em ações e opções SAN, a serem pagos em dinheiro ao final do período de vesting, conforme atingimento dos indicadores de performance do plano.

<sup>(3)</sup> Plano finalizado em 31/12/2021, com atingimento dos indicadores de performance em 72,25%. Em 31/03/2022, foi realizada entrega de 40.403 ações brutas, correspondente à parcela de 2022, restando 40.403 ações para a pagamento em Março/2023.

<sup>(4)</sup> Plano encerrado e revertido em Ago/2022, quando se verificou que os indicadores de performance não seriam atingidos.

<sup>(5)</sup> Plano de retenção finalizado, pago em Jul/2022.

<sup>(6)</sup> Plano de retenção finalizado, pago em Set/2022.

Nossos programas de longo prazo estão divididos em planos Locais e Globais, com indicadores de performance específicos e condição de manutenção do vínculo empregatício do participante até a data do pagamento para ter direito ao recebimento.

### Planos Globais de ILP

Atualmente, temos 2 planos globais lançados em 2019, 2020 e 2021. Os executivos elegíveis tinham uma meta de incentivo definida em reais. O pagamento de acordo com o cumprimento dos indicadores de desempenho será calculado em ações e opções do Grupo Santander (SAN), após um período de diferimento de três anos, com liquidação equivalente em reais.

### Modelo de Precificação

O modelo de precificação é baseado no modelo de Volatilidade Local ou modelo de Dupire, que permite a calibração simultânea de todas as opções europeias cotadas. Além deste modelo existe uma extensão para lidar com a incerteza nos dividendos, onde parte do valor do dividendo é considerado confirmado, e o restante está ligado ao desempenho do subjacente. Este modelo estendido está integrado em um motor PDE, que resolve numericamente a equação diferencial estocástica correspondente para calcular o valor esperado do produto.

Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

- O preço médio ponderado das ações (e preço de exercício) é de 3,104 com base na média ponderada de 15 dias entre 01/07/2022 e 27/01/2022
- A volatilidade esperada utilizada foi de 38,80
- As opções expiram em 01/02/2030
- Os dividendos esperados variam de aproximadamente 6,6 centavos no curto prazo (2022) a aproximadamente 5,75 centavos por ação por ano no longo prazo (2030)
- A curva de desconto utilizada dá um desconto de 0,96 para 2030

O preço de exercício, em todos os ciclos e caso atingidos os objetivos estabelecidos nos regulamentos, será o preço de mercado na data do exercício.

### Planos de Incentivo de Longo Prazo (ILP)

Os planos de incentivo de longo prazo poderão ser outorgados de acordo com a estratégia de novas empresas no grupo ou negócios específicos. Cada plano terá um contrato específico e sua apuração e pagamento deverão ser aprovados pela governança estabelecida, observando resoluções normativas locais e globais.

O valor referencial de cada participante será convertido em ações SANB11, normalmente pela cotação dos últimos 15 pregões do mês imediatamente anteriores ao do pagamento do plano.

Após o período de *vesting* o pagamento seja das ações resultantes no caso dos planos locais, seja do valor equivalente às ações/opções dos planos globais são realizados com restrição de 1 ano, sendo este pagamento ainda sujeito à aplicação das cláusulas de *Malus/Clawback*, que poderão reduzir ou cancelar as ações a serem entregues em casos de descumprimento das normas internas e exposição a riscos excessivos.

### f.1) Impacto no Resultado

Os impactos no resultado estão contabilizados na rubrica Despesas de Pessoal, conforme abaixo:

Programa	Tipo de Liquidação	Consolidado	
		01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Local	Ações do Santander (Brasil)	25.506	20.720
Global	Ações e Opções sobre Ações do Santander Espanha	3.706	3.534

### f.2) Remuneração Variável Referenciada em Ações

No plano de incentivo de longo prazo (diferimento) estão determinados os requisitos para pagamento das parcelas diferidas futuras da remuneração variável, considerando as bases financeiras sustentáveis de longo prazo, incluindo a possibilidade de aplicação de reduções ou cancelamentos em função dos riscos assumidos e das oscilações do custo de capital.

O plano de remuneração variável com pagamento referenciado em ações do Banco Santander é dividido em 2 programas: (i) Coletivo Identificado e (ii) Demais Funcionários. Os impactos no resultado estão contabilizados na rubrica Despesas de Pessoal, conforme abaixo:

Programa	Participantes	Tipo de Liquidação	Banco		Consolidado	
			01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Coletivo Identificado	Membros do Comitê Executivo, Diretores Estatutários e outros executivos que assumam riscos significativos e responsáveis das áreas de controle	50% em dinheiro indexado a 100% do CDI e 50% em ações (Units SANB11)	5.680	66.694	9.557	63.658
	Funcionários de nível de Superintendência e demais funcionários com remuneração variável	50% em dinheiro indexado a 100% do CDI e 50% em ações (Units SANB11)	70.486	111.673	74.805	111.995

### 30. Gerenciamento de Riscos, Capital e Análise de Sensibilidade

#### a) Estrutura de Gerenciamento de Riscos

O Banco Santander segue o modelo baseado na gestão prudencial de seus riscos. Possui estruturas especializadas na gestão de cada um dos riscos abaixo relacionados, bem como uma área que realiza a Gestão Integrada de Riscos do Grupo, faz a gestão da auto avaliação do Perfil de Risco e controla o Apetite de Riscos (RAS), que é aprovado pelo Conselho de Administração, atendendo às exigências do regulador local e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios.

Os princípios fundamentais que regem o modelo de governança de riscos são:

- Todos os funcionários são responsáveis pela gestão do risco - Cultura Risk Pro;
- Envolvimento da Alta Administração incentivando a gestão e o controle consistente dos riscos;
- Independência entre as funções de controle e gestão de riscos;
- A abordagem dos riscos é abrangente e prospectiva;
- A gestão e o controle dos riscos baseiam-se em informações oportunas, precisas e suficientemente granulares.

#### A. Risco de Crédito

A Gestão de Risco de Crédito consiste no acompanhamento e avaliação proativa dos indicadores da carteira e das novas operações de crédito, com vistas a garantir o crescimento sustentável e a qualidade da carteira do Banco Santander. Levando em consideração o cenário econômico, constantemente são elaboradas projeções de rentabilidade e inadimplência, a serem consideradas na redefinição das políticas de crédito, que afetam tanto a avaliação de crédito para um determinado cliente quanto para determinado perfil de clientes com características similares. Essa avaliação de crédito deve observar e obedecer ao controle de Apetite de Riscos que é determinado pelo Banco Santander.

Outro aspecto importante é a gestão preventiva de crédito. Essa gestão tem um papel fundamental na manutenção da qualidade da carteira do Banco Santander. O acompanhamento constante da base de clientes faz parte da rotina diária das áreas comerciais, sempre contando com o apoio das áreas centrais.

Neste cenário desafiador em consequência da pandemia de COVID-19, a carteira e os clientes foram acompanhados tempestivamente e com cautela. Na tentativa de mitigar grandes impactos de liquidez das empresas e dar o suporte financeiro necessário para auxiliar a todos os setores da economia, todas as novas produções e prorrogações foram analisadas com objetivo de atender às necessidades dos clientes, observando sempre os critérios estabelecidos de classificação de risco e governança para a aprovação de novas operações.

Para medição da qualidade de crédito de um cliente ou de uma operação, o Banco Santander utiliza modelos próprios de score/rating internos, contando com a área de Metodologia e Validação Independentes.

Para reestruturação e recuperação de crédito, o Banco utiliza equipes de cobrança específicas, podendo ser:

- Equipes internas especializadas, com atuação direta junto aos clientes inadimplentes, com maiores faixas de atraso e com valores expressivos; e
- Parceiros externos especializados em cobrar, notificar e ajuzizar clientes de acordo com os critérios internos.

A venda de carteira de créditos inadimplentes é parte da estratégia de recuperação (somente os direitos creditórios), podendo manter relacionamento e meios transacionais com os clientes cedidos.

Além disso, constitui Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito de acordo com a legislação vigente do Bacen e Conselho Monetário Nacional (Nota 8.4.).

#### B. Risco de Mercado

O Risco de Mercado pode ser resumido como a possibilidade de perda de uma instituição resultante da flutuação dos preços de mercado em relação ao seu posicionamento em operações sujeitas às exposições a estes riscos (taxas de juros, índices, preços de ações, câmbio, mercadorias, etc).

A Gestão do Risco de Mercado do Santander é aderente à Resolução CMN 4.557 e estabelece a estrutura de gestão deste risco proporcionando visibilidade para tomadas de decisões executivas, diálogo e transparência do posicionamento, apetite ao risco da instituição e monitoramento constante do perfil de risco.

A identificação, mensuração e acompanhamento das posições são realizados e divulgados por áreas independentes das unidades de negócio e seguem limites estabelecidos de acordo com as políticas e governança formal da Gestão Integrada de Riscos. O apetite ao Risco de Mercado da instituição é aprovado em altos níveis executivos e são definidos baseados em estudos criteriosos que levam em consideração o risco das estratégias das carteiras, sensibilidade oriundas das oscilações de mercado, "gaps" de liquidez e outros fatores que possam afetar as carteiras do Banco Santander.

#### C. Risco Operacional e Controles Internos

O modelo de gestão de riscos operacionais do Santander está fundamentado nas melhores práticas e tem como premissa avaliar, monitorar, controlar, implementar melhorias para reduzir a exposição aos riscos e perdas, alinhado ao apetite de risco aprovado pelo Conselho de Administração e adotando a definição do Comitê da Basileia e Banco Central do Brasil para riscos operacionais. O modelo de governança do Banco é baseado nas três linhas de defesa e dispõe de pessoas, estruturas, políticas, metodologias e ferramentas para respaldar na adequada gestão do risco operacional.

O Modelo de Controles Internos é baseado na metodologia desenvolvida pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO), cobrindo os componentes estratégicos, operacionais, de divulgação financeira e de Compliance, cumprindo com os requerimentos dos reguladores BACEN, CVM, B3, SUSEP e lei Sarbanes-Oxley - SOX (Securities and Exchange Commission).

#### D. Os negócios do Banco são altamente dependentes do correto funcionamento dos sistemas de tecnologia da informação

Os negócios do Banco dependem em grande parte da habilidade dos sistemas de tecnologia da informação de processar de maneira correta um grande número de transações de forma eficiente e precisa, e da capacidade do Banco de confiar em tecnologias digitais, serviços de computador e e-mail, software e redes, bem como no processamento, armazenamento e transmissão seguros de informações confidenciais e outras informações nos sistemas de computador e de rede. O funcionamento adequado do controle financeiro, gestão de risco, contabilidade, serviço ao cliente e outros sistemas de processamento de dados do Banco é essencial para as atividades e sua habilidade de concorrer efetivamente.

#### E. Compliance e Gestão de Risco Reputacional

O gerenciamento de risco de Compliance visa supervisionar a adesão às normativas aplicáveis ao Grupo Santander Brasil, assim como, princípios de boa conduta e valores, em benefício de funcionários, Clientes, acionistas e à comunidade em geral.

#### F. Unidade de Prevenção à Lavagem de Dinheiro (PLD) e Combate ao Financiamento ao Terrorismo (CFT)

Área responsável por promover o desenvolvimento da prevenção à lavagem de dinheiro e combate ao financiamento ao terrorismo nas diferentes unidades de negócios. Também responsável pelas diretrizes da política de aceitação de clientes do Banco. Estabelece normativos, procedimentos e acurramento relativos ao tema. Supervisiona e monitora os riscos inerentes nos produtos e transações realizadas.

#### G. Risco Socioambiental

A fim de promover o desenvolvimento de negócios sustentáveis e de forma mais segura, o Banco Santander realiza a gestão permanente dos riscos que envolvem nossas atividades e que possam trazer impactos à Organização, acionistas, clientes, sociedade e meio ambiente.

Neste sentido, o Banco Santander dispõe da Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PR SAC), que estabelece diretrizes e consolida políticas específicas para as práticas sociais, ambientais e climáticas nos negócios e no relacionamento com as partes interessadas... Essas práticas incluem a análise do risco social, ambiental e climático, para concessão de crédito, dos clientes Atacado, do segmento Empresas 3 do Varejo (um dos segmentos de Pessoa Jurídica do Banco), que possuem limites ou risco de crédito acima de R\$5 milhões e que fazem parte dos 14 setores de atenção socioambiental, além de operações agro, garantias, fusões e aquisições. Nesses casos, o risco socioambiental e climático é analisado de forma a mitigar as questões de risco operacional, risco de capital, risco de crédito e risco reputacional, sempre com uma visão de riscos integrados.

Desde 2009, o Santander é signatário dos Princípios do Equador e esse conjunto de diretrizes é empregado para mitigar os riscos socioambientais e climáticos no financiamento de grandes projetos, mesmos em projetos que eventualmente não sejam enquadrados nestes princípios A estrutura de gestão mencionada está alinhada ao atendimento das resoluções CMN nº 4.943 e nº 4.945 que passaram a vigorar em julho/2022, determinando que as organizações tenham um olhar mais apurado no gerenciamento dos riscos associados a questões sociais, ambientais e climáticas, além de uma Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PR SAC).

#### H. Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para uma gestão efetiva de capital, o Santander adota uma governança robusta que suporta todos os processos relacionados ao tema visando:

- Definir de forma clara e coerente as funções de cada equipe envolvida na gestão do capital;
- Garantir que os limites das métricas de capital estabelecidas na gestão, no apetite ao risco e no RPA (Risk Profile Assessment) sejam cumpridos;
- Garantir que as ações referentes à estratégia do Banco levem em consideração os impactos gerados na alocação de capital;
- Garantir que a Administração participe ativamente da gestão e seja informada com recorrência sobre o comportamento das métricas de capital.

No Banco Santander, há uma Vice-Presidência Executiva responsável pelo gerenciamento de capital nomeada pelo Conselho de Administração; além disso, existem políticas institucionais de capital, que atuam como diretrizes para a gestão, controle e reporte de capital (cumprindo assim com todos os requerimentos definidos na Resolução CMN nº 4.557/2017).

Para maiores informações, vide publicação "Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital - Resolução nº 4.557/ BACEN" na página <https://www.santander.com.br/ri/gerenciamento-de-risco>.

#### b) Limites Operacionais

Conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.958/2021 a exigência de PR está em 11,50%, incluindo 8,00% de Mínimo de Patrimônio de Referência, mais 2,50% de Adicional de Conservação de Capital e 1,00% de Adicional Sistemico. O PR Nível I é de 9,50% e o Capital Principal Mínimo de 8,00%. Em continuidade com a adoção das regras estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.955/2021, a apuração dos índices de capital é calculada de forma consolidada com base nas informações do Conglomerado Prudencial, cuja definição é estabelecida pela Resolução CMN nº 4.950/2021, como demonstrado a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio de Referência Nível I	75.943,7	76.969,9
Capital Principal	69.229,0	69.819,9
Capital Complementar (Nota 18.b)	6.714,7	7.050,1
Patrimônio de Referência Nível II (Nota 18.b)	13.109,8	12.591,3
<b>Patrimônio de Referência (Nível I e II)</b>	<b>89.053,5</b>	<b>89.561,3</b>
Risco de Crédito <sup>(1)</sup>	559.230,6	527.119,3
Risco de Mercado <sup>(2)</sup>	19.322,1	15.122,2
Risco Operacional	60.073,2	58.499,8
<b>Total de RWA <sup>(3)</sup></b>	<b>638.635,9</b>	<b>600.741,3</b>
<b>Índice de Basileia Nível I</b>		

...Continuação



# BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

### e) Aquisição de participação na SX Tools Soluções e Serviços Compartilhados Ltda.

Em 26 de setembro de 2022, o Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco Santander") subscreveu o aumento de capital na SX Tools Soluções e Serviços Compartilhados Ltda ("SX Tools") passando a ser o único sócio da sociedade. Em 30 de setembro de 2022 estava pendente a integralização do capital. A SX Tools irá atuar primariamente na prestação de serviços ao Banco Santander e empresas do Grupo e irá concentrar as contratações de fornecedores de tecnologias voltadas para prestação de tais serviços.

### f) Aquisição de participação na CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A.

Em 21 de janeiro de 2022, a Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. ("Santander Corretora"), em conjunto com outros investidores, junto a CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A. ("CSD BR") e seus respectivos acionistas, determinado acordo de investimento e outras avenças ("Acordo") com vistas à subscrição de participação minoritária na CSD BR ("Operação"). A CSD BR opera como uma registradora de ativos financeiros, derivativos, valores mobiliários e apólices de seguro, autorizada pelo Banco Central do Brasil, pela Comissão de Valores Mobiliários e pela Superintendência de Seguros Privados. Após o cumprimento das condições precedentes estabelecidas no Acordo, o fechamento da Operação ocorreu em 26 de maio de 2022, de forma que a Santander Corretora passou a deter 20% (vinte por cento) da participação acionária da CSD BR.

### g) Venda da totalidade da participação detida na Paytec Tecnologia em Pagamentos Ltda. e Paytec Logística e Armazém Ltda.

Em 26 de maio de 2022, o Banco Santander celebrou, junto à Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A. - Instituição de Pagamento ("Getnet IP"), o contrato de compra e venda de quotas, transferência de titularidade e outras avenças, de 100% das quotas sociais da Paytec Tecnologia em Pagamentos Ltda. ("Operação"). Com a implementação da Operação a Getnet IP passou a deter diretamente 100% das quotas da Paytec Tecnologia em Pagamentos Ltda e indiretamente o controle da Paytec Logística e Armazém Ltda.

### h) Aquisição de Participação Societária na Monetus Investimentos Ltda. e Monetus Corretora de Seguros Ltda.

Em 15 de junho de 2021, a Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Santander DTVM"), nova denominação social da PI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.), Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Toro CTVM"), e Toro Investimentos S.A. ("Toro Investimentos") e, em conjunto com a Toro CTVM, "Toro") celebraram, junto aos sócios de Monetus Investimentos Ltda., e Monetus Corretora de Seguros Ltda. (em conjunto "Monetus"), acordo de investimentos e outras avenças, pelo qual, uma vez efetivada a operação, a Toro Investimentos passaria a deter 100% do capital social da Monetus ("Operação"). A Monetus, originária de Belo Horizonte, exerce suas atividades por meio de aplicativo de investimento automatizado baseado em objetivos. Após o cumprimento das condições precedentes aplicáveis, o fechamento da Operação foi formalizado em 4 de janeiro de 2022.

### i) Aquisição de Participação Societária na Mobills Labs Soluções em Tecnologia Ltda. e Mob Soluções em Tecnologia Ltda.

Em 15 de junho de 2021, a Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Santander DTVM"), nova denominação social da PI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.), Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Toro CTVM"), e Toro Investimentos S.A. ("Toro Investimentos") e, em conjunto com a Toro CTVM, "Toro") celebraram, junto aos sócios da Mobills Labs Soluções em Tecnologia Ltda., e Mob Soluções em Tecnologia Ltda (em conjunto "Mobills"), acordo de investimentos e outras avenças, pelo qual, uma vez efetivada a operação, a Toro Investimentos passaria a deter 100% do capital social da Mobills ("Operação"). Com sede no Ceará, a Mobills possui uma variedade de aplicativos financeiros que contam com uma grande base de usuários, em especial relacionados a planejamento financeiro. Após o cumprimento das condições precedentes aplicáveis, o fechamento da Operação foi formalizado em 4 de janeiro de 2022.

### j) Aquisição de Participação Societária na Apé11 Tecnologia e Negócios Imobiliários Ltda.

Em 2 de setembro de 2021, a Santander Holding Imobiliária S.A. ("SHI") - subsidiária integral da Companhia - celebrou, junto aos sócios da Apé11 Tecnologia e Negócios Imobiliários Ltda. ("Apé11"), determinados Contrato de Compra e Venda de Ações e Acordo de Investimento, pelos quais, uma vez efetivada a operação, passaria a deter 90% do capital social da Apé11 ("Operação"). A Apé11 atua como um marketplace colaborativo, pioneiro na digitalização da jornada de compra de casas e apartamentos. Após o cumprimento das condições precedentes estabelecidas nos Acordo de Investimento Compra e Venda de Ações, o fechamento da Operação foi formalizado em 16 de dezembro de 2021.

### k) Aquisição de Participação Societária na Solution 4Fleet Consultoria Empresarial Ltda.

Em 13 de julho de 2021, a Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("Aymoré"), celebrou, junto aos sócios da Solution 4Fleet Consultoria Empresarial Ltda. ("Solution4Fleet"), determinados Acordo de Investimento e de Compra e Venda de Ações, pelos quais, uma vez efetivada a operação, a Aymoré passaria a deter 80% do capital social da Solution 4Fleet ("Operação"). A Solution 4Fleet é especializada na estruturação de negócios de locação e de assinatura de veículos - modalidade de aluguel de longo prazo para pessoa física. Após o cumprimento das condições precedentes estabelecidas nos Acordo de Investimento Compra e Venda de Ações, o fechamento da Operação foi formalizado em 8 de outubro de 2021.

### l) Aquisição de Participação Societária na Liderança Serviços Especializados em Cobranças Ltda. ("Liderança") e Fozcobra Agência de Cobranças Ltda. ("Fozcobra") e subsequente incorporação da Fozcobra pela Liderança.

Em 4 de agosto de 2021, a Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A. ("Atual") - subsidiária integral da Companhia - celebrou, junto aos sócios da Liderança Serviços Especializados em Cobranças Ltda. ("Liderança"), determinado Contrato de Cessão de Quotas e Outras Avenças, pelo qual, uma vez efetivada a operação, passaria a deter 100% do capital social da Liderança ("Operação"). A Liderança atua na área de recuperação de créditos em atraso, prestando serviços de cobranças extrajudiciais para instituições financeiras de diferentes portes, redes varejistas, operadoras de telecomunicações e montadoras, entre outros, e possui uma subsidiária, a Fozcobra Agência de Cobranças Ltda. Após o cumprimento das condições precedentes estabelecidas no Contrato de Cessão de Quotas e Outras Avenças, o fechamento da Operação foi formalizado em 1º de outubro de 2021. Ato contínuo, a Fozcobra foi incorporada pela Liderança em 4 de outubro de 2021.

### m) Aquisição de Participação Societária na Car10 Tecnologia e Informação S.A. e Pag10 Fomento Mercantil Eireli.

Em 13 de julho de 2021, a Webmotors S.A. ("Webmotors"), celebrou, junto aos sócios da Car10 Tecnologia e Informação S.A. ("Car10 Tecnologia") e Pag10 Fomento Mercantil Eireli. ("Pag10") e, em conjunto com a Car10 Tecnologia, "Car10"), determinados Acordos de Investimento e de Compra e Venda de Ações, pelos quais, uma vez efetivada a operação, a Webmotors passaria a deter aproximadamente 66,7% do capital social da Car10 Tecnologia que, por sua vez, é única titular da Pag10 ("Operação"). A Car10 atua como um marketplace que reúne mais de 7 mil fornecedores de serviços como oficinas e autocenters; funilaria e pintura; e limpeza e higienização, além de assistência emergencial e reboque. Após o cumprimento das condições precedentes estabelecidas nos Acordo de Investimento Compra e Venda de Ações, o fechamento da Operação foi formalizado em 20 de setembro de 2021.

### n) Reorganização societária Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil e Banco Bandepe S.A.

Em 11 de maio de 2021, o Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco Santander") e o Banco Bandepe S.A. ("Bandepe") celebraram Contrato de Compra e Venda de Ações por meio do qual o Banco Santander adquiriu a totalidade da participação societária detida pelo Bandepe na Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil ("Santander Leasing"), que corresponde a 21,42%. Nessa operação o Banco Santander passou a ser o único acionista da Santander Leasing. Em 27 de maio de 2021, foi deliberada a incorporação da totalidade das ações do Bandepe pela Santander Leasing, a fim de converter o Bandepe em uma subsidiária integral da Santander Leasing ("Incorporação de Ações").

### o) Celebração de Contrato para Aquisição de Participação Societária na Toro Controle

Em 29 de setembro de 2020, a Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Santander DTVM"), nova denominação social da PI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.) a qual é indiretamente controlada pelo Banco Santander, celebrou junto aos acionistas da Toro Controle e Participações S.A. ("Toro Controle"), acordo de investimentos e outras avenças. A Toro Controle fora uma holding que, em última instância, controlara a Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Toro CTVM") e a Toro Investimentos S.A. ("Toro Investimentos") e, em conjunto "Toro"). A Toro é uma plataforma de investimentos fundada em Belo Horizonte no ano de 2010. Em 2018, recebeu as autorizações necessárias e iniciou sua operação como corretora de valores mobiliários voltada ao público de varejo. Após o cumprimento de todas as condições suspensivas aplicáveis, inclusive a aprovação pelo Banco Central do Brasil, a operação foi efetivada em 30 de abril de 2021, com a aquisição de ações representativas 60% do capital social da Toro Controle e a sua imediata incorporação pela Toro CTVM, de modo que a Santander DTVM passou a ser detentora direta do equivalente a 60% do capital social da Toro CTVM que, por sua vez, detém 100% do capital social da Toro Investimentos.

### p) Cisão Parcial da Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A.

Após a aprovação dos estudos e proposta favorável do Conselho de Administração do Santander Brasil, em 31 de março de 2021, os acionistas do Santander Brasil aprovaram a cisão parcial do Santander Brasil, para a segregação das ações de sua propriedade emitidas pela Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamentos S.A. ("Getnet"), com versão da parcela cindida para a própria Getnet. Após a conclusão da cisão, os acionistas do Santander Brasil se tornaram acionistas diretos da Getnet na proporção de sua participação no capital social do Santander Brasil.

Como resultado da Cisão, o capital social do Santander Brasil foi reduzido no montante total de R\$ 2.000.000 (dois bilhões de reais), sem o cancelamento de ações, passando o capital social do Santander Brasil de R\$ 57.000.000 (cinquenta e sete bilhões de reais) para R\$ 55.000.000 (cinquenta e cinco bilhões de reais).

### 32. Outras Informações

a) As coberturas e riscos em garantias prestadas a clientes, registradas em contas de compensação, atingiram o valor de R\$ 49.017.204 (31/12/2021 - R\$49.624.633) no Banco e R\$ 49.017.204 (31/12/2021 - R\$49.624.633) no Consolidado.

b) O valor total de fundos de investimento sob gestão do Conglomerado Santander é de R\$ 18.934.221 (31/12/2021 - R\$2.770.684) e o total de fundos de investimento administrados é de R\$ 265.517.852 (31/12/2021 - R\$1.927.475) registrados em contas de compensação.

c) Os seguros vigentes em 31 de dezembro de 2022, correspondentes a cobertura de incêndios, desastres naturais e outros riscos relacionados aos imóveis, têm valor de cobertura de R\$ 9.214.986 (31/12/2021 - R\$9.214.986) no Banco e no Consolidado. Além disso no Banco e no Consolidado em 31 de dezembro de 2022, existem outras apólices vigentes para coberturas de riscos relativos a fraudes, responsabilidade civil e outros ativos no valor de R\$ 1.546.050 (31/12/2021 - R\$1.546.120)

d) Entre 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, não houve operações ativas vinculadas e obrigações por operações ativas vinculadas.

e) Acordos de Compensação e Liquidação de Obrigações - No âmbito das resoluções CMN 3.263/2005 e 4.018/2011 - o Banco Santander possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), firmados com pessoas físicas e jurídicas integrantes ou não do SFN, resultando em maior garantia de liquidação financeira, com as partes as quais possuem essa modalidade de acordo. Esses acordos estabelecem que as obrigações de pagamento para com o Banco Santander, decorrentes de operações de crédito e derivativos, na hipótese de inadimplência da contraparte, serão compensadas com as obrigações de pagamento do Banco Santander junto à contraparte.

f) Outros Compromissos - o Banco Santander possui duas modalidades de contratos de aluguel: canceláveis e não canceláveis. As canceláveis são propriedades, principalmente utilizadas como agências, com base em contrato padrão, o qual pode ser cancelado por sua vontade e inclui o direito de opção de renovação e cláusulas de reajuste, enquadrados no conceito de arrendamento mercantil operacional. O total dos pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis é demonstrado a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Até 1 Ano	284.945	715.576
Entre 1 a 5 Anos	1.044.715	1.420.853
Mais de 5 Anos	224.536	181.417
<b>Total</b>	<b>1.554.196</b>	<b>2.317.846</b>

Adicionalmente, o Banco Santander possui contratos com prazo indeterminado, no montante de R\$ 700 (31/12/2021 - R\$801) correspondente ao aluguel mensal dos contratos com esta característica. Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional, reconhecidos como despesas em 2022, foram no valor de R\$ 391.408 (2021 - R\$369.482).

Os contratos de aluguel serão reajustados anualmente, conforme legislação em vigor, sendo que o maior percentual é de acordo com a variação do Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM). Fica assegurado ao locatário o direito de denunciar unilateralmente estes contratos, a qualquer tempo, conforme cláusulas contratuais e legislação em vigor.

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Deborah Stern Vieitas - Vice Presidente (independente)  
Angel Santodomingo Martell - Conselheiro  
Deborah Patricia Wright - Conselheira (independente)

Jose Antonio Alvarez Alvarez - Conselheiro  
José de Paiva Ferreira - Conselheiro  
José Garcia Cantera - Conselheiro

Márlia Artimonte Rocca - Conselheiro (independente)  
Mario Roberto Opice Leão - Conselheiro  
Pedro Augusto de Melo - Conselheiro (independente)

### COMITÊ DE AUDITORIA

Deborah Stern Vieitas - Coordenadora  
Maria Elena Cardoso Figueira - Membro Técnico Qualificado

René Luiz Grande - Membro  
Vania Maria da Costa Borgerth - Membro

### COMITÊ DE RISCOS E COMPLIANCE

Pedro Augusto de Melo - Coordenador

José de Paiva Ferreira - Membro

Jaime Leôncio Singer - Membro

### COMITÊ DE SUSTENTABILIDADE

Márlia Artimonte Rocca - Coordenadora  
Andrea Marques de Almeida - Membro

Álvoro Antônio Cardoso de Souza - Membro  
Carlos Aguiar Neto - Membro

Luiz Masagão Ribeiro Filho - Membro

### COMITÊ DE NOMEAÇÃO E GOVERNANÇA

Deborah Patricia Wright - Membro

Luiz Fernando Sanzogo Giogi - Membro

Pedro Augusto de Melo - Membro

### COMITÊ DE REMUNERAÇÃO

Deborah Patricia Wright - Coordenadora

Luiz Fernando Sanzogo Giogi - Membro

Pedro Augusto de Melo - Membro

### CONSELHO FISCAL

José Roberto Machado Filho - Membro efetivo  
Louise Barsi - Membro efetivo

Luciano Faleiros Paolucci - Membro suplente  
Manoel Marcos Madureira - Membro suplente

Valmir Pedro Rossi - Membro suplente  
Tasso Rezende de Azevedo - Membro

### DIRETORIA EXECUTIVA

#### DIRETOR PRESIDENTE

Mário Roberto Opice Leão

#### DIRETOR VICE-PRESIDENTE EXECUTIVO E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Angel Santodomingo Martell

#### DIRETORES VICE-PRESIDENTES EXECUTIVOS

Alessandro Tomao  
Andrea Marques de Almeida  
Antonio Pardo de Santayana Montes

Carlos José da Costa André  
Ede Ilson Viani  
Elita Vechin Pastorelo Ariaz

Jean Pierre Dupui  
Gilberto Duarte de Abreu Filho  
Mária Teresa Maurício da Rocha Pereira Leite

Renato Ejnisman  
Vanessa de Souza Lobato Barbosa

#### DIRETORES SEM DESIGNAÇÃO ESPECÍFICA

Adriana Marques Lourenço de Almeida  
Alexandre Guimarães Soares  
Ana Paula Vitali Janes Vescovi  
André de Carvalho Novaes  
André Juacaba de Almeida  
André Rosenblit  
Carlos Aguiar Neto  
Celso Mateus de Queiroz  
Claudeneis Lopes Duarte  
Francisco Soares da Silva Junior

Franco Luigi Fasoli  
Geraldo José Rodrigues Aickmin Neto  
Germanuela de Almeida de Abreu  
Gustavo Alejo Viviani  
Gustavo de Souza Fosse  
Igor Mario Puga  
Jean Paulo Kambourakis  
Luciana de Aguiar Barros  
Luis Guilherme Mattoso de Oliéim Bittencourt  
Luiz Masagão Ribeiro Filho

Márlize Ferrazza Santinoni  
Murilo Setti Riedel  
Paulo César Ferreira de Lima Alves  
Paulo Sérgio Dualibi  
Ramón Sanchez Diez  
Ramon Sanchez Santiago  
Reginaldo Antonio Ribeiro  
Ricardo Oliveira de Magalhães  
Roberto Alexandre Borges Fischetti  
Robson de Souza Rezende

Rogério Magno Panca  
Sandro Kohler Marcondes  
Sandro Mazerino Sobral  
Sandro Rogério da Silva Gamba  
Thomaz Antonio Licarião Rocha  
Tiago Celso Abate  
Vitor Ohtsuki

### CONTADOR

Diego Santos Almeida - CRC N° 1SP 316054/ O-4

Continua...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001 que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 em 03/02/2023 16:34 A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/02/03/SANTANDER1567570203022023.pdf>  
Hash:16753664418945b133408f47f9721d2dab856e778

...Continuação



# BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

## DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 27, § 1º, inciso VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 80, de 29 de março de 2022, os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander) declaram que discutiram, revisaram e concordaram com as Demonstrações Financeiras elaboradas pelo critério BRGAAP do Banco Santander, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, e os documentos que as compõem, sendo: Relatório da Administração, balanços patrimoniais, demonstração dos resultados, demonstrações do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado e notas explicativas, os quais foram elaborados de

acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei nº 6.404, de 14 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações), as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil de acordo com o modelo do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e demais regulamentações e legislações aplicáveis. As referidas Demonstrações Financeiras e os documentos que as compõem, foram objeto de relatório sem ressalva dos Auditores Independentes e de recomendação para aprovação emitida pelo Comitê de Auditoria do Banco para o Conselho de Administração e parecer favorável do Conselho Fiscal do Banco. Membros da Diretoria Executiva do Banco Santander em 31 de dezembro de 2022.

## DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE OS AUDITORES INDEPENDENTES

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, inciso V, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 80, de 29 de março de 2022, os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander) declaram que discutiram, revisaram e concordam com as Demonstrações Financeiras elaboradas pelo critério BRGAAP do Banco Santander, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, e os documentos que as compõem, sendo: Comentário de Desempenho, balanços patrimoniais, demonstração dos resultados, demonstração do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado e notas explicativas, os quais foram elaborados

de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei nº 6.404, de 14 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações), as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil de acordo com o modelo do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e demais regulamentações e legislações aplicáveis. As referidas Demonstrações Financeiras e os documentos que as compõem, foram objeto de relatório sem ressalva dos Auditores Independentes e de recomendação para aprovação emitida pelo Comitê de Auditoria do Banco para o Conselho de Administração e parecer favorável do Conselho Fiscal do Banco. Membros da Diretoria Executiva do Banco Santander em 31 de dezembro de 2022.

## RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander"), instituição líder do Conglomerado Econômico-Financeiro do Santander ("Conglomerado"), possui atuação única para todas as instituições e sociedades que compõem o Conglomerado, inclusive para aquelas sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Conforme seu Regimento Interno, disponível no site de Relações com Investidores do Santander ([www.ri.santander.com.br](http://www.ri.santander.com.br)), o Comitê de Auditoria detém suas atribuições, assessoria o Conselho de Administração na avaliação da fidelidade das demonstrações financeiras, na verificação do cumprimento das exigências legais e regulamentares, na efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e independente, bem como na efetividade dos sistemas de controles internos e gerenciamento do risco operacional. Além disso, o Comitê de Auditoria recomenda a correção e o aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições, sempre que julgar necessário.

O Comitê de Auditoria é atualmente composto por quatro membros independentes, eleitos conforme deliberações tomadas nas reuniões do Conselho de Administração realizada em 29 de abril de 2022. Atua por meio de reuniões com executivos, auditores e especialistas e conduz análises a partir da leitura de documentos e informações que lhe são submetidas, além de tomar iniciativas em relação a outros procedimentos que entenda necessários. As avaliações do Comitê de Auditoria estão baseadas, primordialmente, nas informações recebidas da Diretoria Executiva, das auditorias interna e independente e das áreas responsáveis pelo monitoramento dos controles internos e riscos operacionais.

Os relatórios das atividades e o conteúdo das reuniões do Comitê de Auditoria são regularmente reportados ao Conselho de Administração, com o qual a coordenação do Comitê de Auditoria reuniu-se regularmente no segundo semestre de 2022.

No tocante às suas atribuições o Comitê de Auditoria desenvolveu as seguintes atividades:

### I - Demonstrações Financeiras

**BrGaap** - O Comitê de Auditoria procedeu a análise das demonstrações financeiras das instituições e sociedades que compõem o Conglomerado, confirmando sua adequação. Nesse sentido, tomou conhecimento do resultado apurado no segundo semestre encerrado em 31 de dezembro de 2022 em padrão BrGaap, além das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas.

O Comitê de Auditoria reuniu-se com os auditores independentes e com os profissionais responsáveis pela contabilidade e pela elaboração das demonstrações financeiras, previamente à sua divulgação.

### II - Controles Internos e Gerenciamento de Riscos Operacionais

O Comitê de Auditoria recebeu informações e manteve reuniões com a Vice-Presidência Executiva de Riscos - inclusive participando das reuniões do Comitê de Riscos e *Compliance*, com a Vice-Presidência Executiva de Tecnologia e Operações, com a Diretoria de *Compliance* e com as principais instâncias responsáveis pela gestão, implementação e disseminação da cultura e da infraestrutura de controles internos, gerenciamento de riscos e controles de conduta do Conglomerado. Verificou, ainda, os casos sob acompanhamento do Canal Aberto (denominação do canal de denúncias) e das áreas de Segurança da Informação e Combate à Fraudes. Tais verificações foram conduzidas em conformidade com a regulamentação vigente.

### III - Auditoria Interna

O Comitê de Auditoria reuniu-se, formalmente, com o Diretor responsável pela área e com outros representantes da Auditoria Interna em diversas ocasiões durante o segundo semestre de 2022, além de ter verificado os reportes acerca dos trabalhos executados, dos relatórios emitidos e suas respectivas conclusões e recomendações, dando destaque (i) ao cumprimento de recomendações de melhorias nas áreas nas quais os controles foram considerados como "A melhorar" e "Insatisfatório"; e (ii) aos resultados das melhorias aplicadas para o acompanhamento e cumprimento das recomendações e seus planos de ação para contínuo avanço. Em diversas outras oportunidades, os profissionais da Auditoria Interna participaram das reuniões do Comitê de Auditoria.

São Paulo, 26 de janeiro de 2023.

### Comitê de Auditoria

Deborah Stern Veitas - Coordenadora

Maria Elena Cardoso Figueira - Especialista Financeira

René Luiz Grande

Vania Maria da Costa Borgerth

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras do Banco Santander (Brasil) S.A., referentes ao quarto trimestre de 2022 e exercício social de 2022, e concluíram, com base nos exames efetuados, nos esclarecimentos prestados pela Administração, considerando ainda, o parecer sem ressalva da PwC Auditores Independentes, que as citadas peças, examinadas à luz das práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Companhia.

São Paulo, 01 de fevereiro de 2023.

### CONSELHO FISCAL

Luciano Faleiros Paulucci

Louise Barsi

José Roberto Machado Filho - Presidente

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas

**Banco Santander (Brasil) S.A.**

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

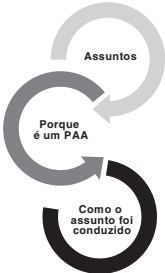
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Santander (Brasil) S.A. e do Banco Santander (Brasil) S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p><b>Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Notas 3(g) e 8)</b></p> <p>A estimativa da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito envolve elevado nível de julgamento por parte da Administração. A determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito leva em consideração a avaliação de várias premissas e fatores internos e externos, incluindo os níveis de inadimplência e garantias das carteiras, política de renegociação, cenário econômico atual e prospectivo. Esse julgamento considera diversas premissas na determinação das provisões. A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é constituída levando-se em consideração as normas regulamentares do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), notadamente a Resolução CMN no 2.682, e é fundamentada nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas), de acordo com políticas internas que consideram o estabelecimento de ratings (classificação de risco) de crédito, bem como considera a expectativa de realização da carteira de crédito, em adição ao mínimo requerido pela regulamentação vigente, com base na experiência passada, cenário atual e expectativas futuras, riscos específicos das carteiras e avaliação de risco da Administração na constituição de provisão.</p> <p>Dessa forma, essa área se manteve como foco em nossa auditoria.</p>	<p>Atualizamos nosso entendimento e realizamos testes sobre os controles internos relevantes na apuração e reconhecimento da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, contemplando substancialmente os seguintes principais processos: (i) aprovação da política de crédito; (ii) análise de crédito; (iii) concessão de crédito e operações renegociadas; (iv) atribuição de rating considerando o risco do valor recuperável das operações; (v) processamento e contabilização das provisões; (vi) reconciliação dos saldos contábeis com a posição analítica; e (vii) elaboração das notas explicativas.</p> <p>Efetuamos testes a fim de observar a integridade da base de dados utilizada para o cálculo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, além de testes para observar a aplicação da metodologia de cálculo dessa provisão em relação aos ratings atribuídos, às premissas adotadas, bem como confronto dos saldos contábeis com os relatórios analíticos. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a apuração e registro contábil da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito são consistentes e estão alinhados com as informações analisadas em nossa auditoria.</p>
<p><b>Provisões para passivos contingentes (Notas 3(g) e 20)</b></p> <p>O Banco Santander e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades. Normalmente, os referidos processos são encerrados após um longo tempo e envolvem não só discussões acerca do mérito, mas também aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação vigente. A decisão de reconhecimento de um passivo contingente e as bases de mensuração consideram exercício de julgamento feito pela Administração o qual é reavaliado periodicamente, inclusive quando da elaboração das demonstrações financeiras, considerando novos eventos ocorridos. Nessas circunstâncias, essa área mantém-se como foco em nossa auditoria.</p>	<p>Atualizamos nosso entendimento e realizamos testes sobre os controles internos relevantes que envolvem a identificação e constituição de passivos contingentes (tributários, cíveis e trabalhistas) e as divulgações em notas explicativas, incluindo entre outros, os controles internos relacionados ao modelo de cálculo adotado para a constituição das provisões para contingências trabalhistas e cíveis que são realizadas pelo critério de médias históricas de perdas, para as ações consideradas comuns e semelhantes em natureza.</p> <p>Testamos a aplicação dos modelos matemáticos de apuração das médias históricas de perda, quando aplicável, relacionadas a contingências trabalhistas e cíveis, bem como testamos a quantidade de casos em aberto na data-base das demonstrações financeiras. Efetuamos procedimentos de confirmação com os escritórios de advocacia que patrocinam os processos judiciais e administrativos mais relevantes para confirmar a avaliação do prognóstico, inclusive considerando os novos eventos ocorridos no semestre e exercício, a totalidade das informações e o valor correto das provisões.</p> <p>Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a apuração e registro contábil das provisões para contingências passivas são consistentes e estão alinhados com as informações analisadas em nossa auditoria.</p>
<p><b>Ambiente de tecnologia da informação (Nota 30(a))</b></p> <p>O Banco Santander (Brasil) S.A. tem um ambiente de negócio altamente dependente da tecnologia, requerendo uma infraestrutura complexa para suportar o elevado número de transações processadas diariamente em seus diversos sistemas. Os riscos inerentes à tecnologia da informação, associados a eventuais deficiências em processos e controles que suportam o processamento dos sistemas de tecnologia, considerando os sistemas legados e os ambientes de tecnologia existentes, podem, eventualmente, ocasionar processamento incorreto de informações críticas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras. Por essa razão, essa permanece uma área de foco em nossa auditoria.</p>	<p>Com o auxílio de nossos especialistas, atualizamos nossa avaliação do desenho e realizamos testes quanto à efetividade operacional dos controles relacionados à gestão do ambiente de tecnologia da informação, incluindo os controles compensatórios estabelecidos, quando aplicável. Os procedimentos executados envolveram a combinação de testes de controles e, quando aplicável, testes dos controles compensatórios, assim como a execução de testes sobre processos-chave relacionados à segurança da informação, desenvolvimento e manutenção de sistemas e operação de computadores relacionados com a infraestrutura que suporta o negócio do Banco. Com o resultado desses trabalhos, consideramos que os processos e controles do ambiente de tecnologia nos proporcionaram uma base razoável para determinarmos a natureza, período e extensão de nossos procedimentos de auditoria sobre as demonstrações financeiras.</p>

### Outros assuntos

#### Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco e do Consolidado. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

#### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparente estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 2 de fevereiro de 2023



**PricewaterhouseCoopers**  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP000160/O-5

**Caio Fernandes Arantes**  
Contador CRC 1SP222767/O-3

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001 que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 em 03/02/2023 16:34  
A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/02/03/SANTANDER15675702030220223.pdf>  
Hash: 16753664418945b1133408f47f9721d2dab856e778